

# A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição da Quarta Internacional (CORQI)

## Para Onde Vai a China?



Grevistas da empresa Samsung Heavy Industries em 2021

### TEORIA

O que é o social-chauvinismo?

### CORRESPONDÊNCIA

Irão: Os trabalhadores face à guerra imperialista



Nº 42 - Maio de 2026  
4 euros

## ÍNDICE

---

Notas editoriais Página 3

---

### Documento

---

**Para Onde Vai a China?**  
Abrir a discussão Página 5

### Teoria

---

**O Que É o Social-Chauvinismo?**  
Excertos de “O Socialismo e a Guerra” de Lenin (1915) Página 16

### Análise

---

**Estados Unidos**  
Guerra, crise política nas cúpulas e mobilização dos trabalhadores e da juventude  
Nelly Mary Página 22

### Correspondências

---

**Azânia / África do Sul**  
Ashraf Jooma Página 28

**Portugal**  
Trabalhadores e juventude na rua em massa por um novo Abril!  
Adriano Zilhão Página 33

**República Democrática do Congo**  
Pilhagem das riquezas minerais e acordos imperialistas de desmembramento Página 36

**Turquia**  
As mobilizações operárias e a luta pela democracia política Página 38

**Irão**  
Os trabalhadores face à guerra imperialista  
Kaveh Nematipur Página 40

## ***A Internacional***

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI)

Director de publicação: Daniel Gluckstein

Editor: Réveil ouvrier

67, avenue Faidherbe, 93100 Montreuil (França)

Tiragem: 3 000 exemplaires

CPPAP : 0623 G 93127

## **Aviso**

---

*A Internacional* é a revista teórica e de informação política do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional). Aspira a ser um espaço de debate livre no quadro do que são os princípios próprios da IVª Internacional.

Os artigos assinados publicados nesta revista reflectem a opinião dos seus autores. Não vinculam necessariamente a redacção da revista.

---

**E**ste número d'A Internacional sai poucos dias após a visita oficial de Trump à China. A imprensa capitalista mundial observa que, por trás da fachada «amistosa», a cimeira «vive ao ritmo das tensões, agravos e suspeitas que se têm acumulado ultimamente», como escreve o diário espanhol *El País*. O jornal de Singapura *The Straits Times* observa, por seu lado, que os dois «relatos oficiais (o americano e o chinês – nota da redacção) revelam concepções espantosamente divergentes do que mais importou». Já a emissora americana CNN realça que «por sobre esta cimeira-relâmpago pairou a guerra israelo-americana contra o Irão».

É imperioso que todo o militante ou organização operária que lute pela libertação da classe operária compreenda as raízes profundas deste enfrentamento nos bastidores: a China é um desafio fundamental da luta de classes internacional e o alvo principal da ofensiva imperialista. Esta edição da nossa revista publica o documento «*Para onde vai a China?*», elemento importante da discussão preparatória da conferência internacional das organizações do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI) que se reunirá nos próximos dias 6, 7 e 8 de Novembro. Este documento – tal como todas as contribuições preparatórias da conferência internacional – não é «para aceitar ou rejeitar». Fica à discussão. A humanidade enfrenta uma crise sem precedentes: a agonia do sistema capitalista assente na propriedade privada dos meios de produção, que se caracteriza pela marcha para a guerra imperialista mundial. Por seu turno, o movimento operário internacional – e as suas organizações em cada país –, está mergulhado numa crise profunda, que chega a ameaçar a própria existência das organizações de classe. Em tais condições, que ninguém pretenda possuir a «receita mágica» para resolver de maneira positiva a crise da humanidade que, para os defensores do programa da IVª Internacional, «se reduz à crise da direcção revolucionária do proletariado».

O desafio colocado à nossa conferência internacional de Novembro é, portanto, o de «conseguidar um passo em frente e fazer do CORQI um verdadeiro centro de organização constituído por grupos e organizações enraizados na luta de classes dos seus países e que levam à prática o programa da IVª Internacional», como indica a carta de convite para a conferência. A conferência diz respeito, por conseguinte, tanto às organizações filiadas no CORQI, que lutam em cada país pelo partido operário revolucionário, como aos militantes, grupos e correntes que, sem terem as mesmas referências e tradições que nós,

consideram, como nós, que é «urgente reagrupar as forças que lutam consciente e abertamente pela revolução socialista».

Por isso, e porque a humanidade lida, de Gaza à Ucrânia, de Cuba ao Irão, do Sudão à RDC, com uma e a mesma guerra imperialista, é forçoso constatar que a linha divisória no movimento operário é – tal como em 1914 – a inconciliável alternativa entre internacionalismo proletário e «social-chauvinismo». A este último qualificava Lenin assim, em textos de 1915, de que publicamos amplos excertos nesta edição: «O social-chauvinismo é a “defesa da pátria” na actual guerra. Desta posição decorrem, logicamente, a renúncia à luta de classes durante a guerra, a aprovação dos orçamentos militares, etc.»

Ora, é indiscutível que, nos últimos meses, vimos assistindo, nos principais países imperialistas, a uma verdadeira epidemia de social-chauvinismo. Só para citar alguns exemplos: em França, o governo Macron, que já colocou o seu porta-aviões e as suas bases militares ao serviço da agressão imperialista americano-israelita contra o Irão, acaba de fazer aprovar na Assembleia Nacional um aumento de 36 mil milhões de euros à sua lei de programação militar de 2023 (que já registava um aumento de 40 % para a anterior). Milhares de milhões a saquear aos orçamentos dos serviços públicos e da Segurança Social, a prejuízo dos trabalhadores.

Que atitude tomam os dirigentes e deputados dos principais partidos que dizem defender os trabalhadores? Os do Partido Socialista defenderam os «36 mil milhões de euros (...), e cumpre convencer as francesas e franceses que nos ouvem de como eles são necessários», declarou a principal oradora do PS na Assembleia Nacional. Enquanto isso, na Alemanha, os dirigentes do SPD têm assento no governo Merz, juntamente com o partido burguês CDU. O ministro social-democrata da Defesa, Pistorius, exige, também ele, grandes quantias para a guerra e tenta impor o serviço militar obrigatório, apesar das mobilizações da juventude, que o rejeita, como o exprimiu, no dia 8 de Maio, na terceira vaga de manifestações em poucos meses.

Em Paris, os deputados do Partido Comunista Francês conseguiram a proeza de se absterem a respeito dos 36 mil milhões a mais para a guerra, na primeira votação... o que não impediu o dirigente do PCF, Fabien Roussel, de declarar, indignado, em Bruxelas, durante o congresso do Partido da Esquerda Europeia, no dia 18 de Abril: «Vocês percebem o que isto quer dizer, mais 36 mil milhões para a guerra?!», acrescentando: «Apelo para que haja as mais fortes e massivas mobilizações, na Europa, contra a militarização

## ● NOTAS EDITORIAIS

»» dos nossos países, para sair da NATO, para nos desligarmos dos Estados Unidos, para sancionar Israel». O seu partido não apelaria, porém, a mobilização nenhuma e, na votação dos créditos de guerra, amochou. Tal é a duplicidade de linguagem característica do social-chauvinismo. Já os 71 deputados de *La France insoumise* (LFI) – incluindo o deputado Jérôme Legavre, do POI, que se reivindica «trotskista» –, se bem que votassem contra os 36 mil milhões..., tinham apresentado anteriormente uma emenda a «corrigir» um artigo da lei, reivindicando que se aumentasse aos 36 mil milhões a importância de «5.800 milhões de euros de recursos extra-orçamentais previstos» que o governo terá, segundo a LFI, «esquecido»<sup>(1)</sup>! Dias mais tarde, o principal dirigente da LFI, Jean-Luc Mélenchon, declarava que «não votamos, porque não concordamos com a concepção de guerra que este projecto desenvolve. (...) É preciso prepararmo-nos para a guerra certa, com os meios certos» (LCI, 8 de maio).

Certo é, em matéria de votação de orçamentos de guerra, que ninguém pode esquecer que os deputados do LFI ao Parlamento Europeu (juntamente com os do Partido Socialista, para só falar de França) votaram, desde 1 de Março de 2022, a favor de mais de quarenta resoluções que apelavam ao apoio à NATO, ao aumento dos orçamentos de guerra e ao envio de armamento no valor de milhares de milhões de euros para a Ucrânia – para proveito dos mercadores de armas. Política essa que Mélenchon justificou assim: «Estamos a ajudar a Ucrânia, (...) temos compromissos assumidos e sou a favor de que os cumpramos. (...) Temos de ajudar os ucranianos a resistir, mas sem provocar uma escalada» (LCI, 8 de Maio).

Qualquer militante operário honesto sabe que estes envios de armas são tudo menos uma «ajuda aos ucranianos»... mais de 200 mil dos quais, segundo números oficiais, desertaram do exército de Zelensky para escapar ao banho de sangue na frente de batalha [tal como, do lado russo, se multiplicam as deserções contra «o matadouro» para onde os manda Putin<sup>(2)</sup>]. Esta «ajuda» – aprovada pela «esquerda» no Parlamento Europeu – é uma ajuda à indústria de armamento dos grandes países imperialistas (incluindo a França). Indústria de armamento que é uma das principais forças destrutivas em desenvolvimento exponencial, enquanto o imperialismo se decompõe.

Não será, assim, possível ao movimento operário internacional reconstituir-se com um novo eixo, nem avançar para a reconstituição da IVª Internacional, sem lutar implacavelmente contra o social-chauvinismo. «Os militantes que lutam

pela reconstituição da IVª Internacional rejeitam o social-chauvinismo, pelo qual correntes que se dizem revolucionárias ou semi-revolucionárias (em que se incluem renegados do trotskismo) proclamam em palavras o seu apego ao socialismo e à causa da paz e, contraditoriamente, votam (nos seus parlamentos nacionais, no Parlamento Europeu ou noutras instâncias) a favor dos planos exigidos pelo imperialismo, em particular no que diz respeito à Ucrânia, ou, no caso da Palestina, apelam desesperadamente a uma ONU moribunda, a mesma ONU que esteve na origem da partição de 1947!», conforme salienta a carta de convite para a conferência do CORQI.

Por isso, no mesmo movimento em que preparam a sua conferência internacional, os grupos e organizações filiados no CORQI preparam, lado a lado com militantes e organizações operárias de 48 países, o comício do Comité Internacional contra a Guerra e a Exploração, pela Internacional Operária, que se reunirá em Paris a 8 de Novembro.

Comício este que convoca trabalhadoras e trabalhadores e jovens de todo o mundo a unirem-se com este eixo: «Aos sentimentos chauvinistas que os governos alimentam para justificar esta intervenção, que incorre no risco de uma terceira guerra mundial, opomos a fraternidade entre os povos em luta, lado a lado, pela paz. Ao social-chauvinismo de quem, em palavras, se pronuncia pelo socialismo, mas, na prática, acompanha a política de guerra do seu próprio governo, opomos o internacionalismo operário, a Internacional Operária».

### A Internacional, 16 de Maio de 2026

(1) Revelou estes factos *La Tribune des travailleurs*, semanário difundido pelos militantes da secção francesa da IVª Internacional, suscitando a indignação de muitos trabalhadores e jovens, muitos deles militantes socialistas, comunistas ou «insubmissos». Os partidários do centro revisionista, sem saber para onde se virar, meteram-se em laboriosas explicações para justificar o apoio do seu deputado Legavre a esta emenda, explicando ser mero reajuste «técnico». Debalde: um deputado operário verdadeiramente internacionalista só podia defender uma posição: «Nem um cêntimo, nem uma arma, nem um soldado para a guerra imperialista! Nem 5.800 milhões, nem 36 mil milhões, nem um centavo para o exército do imperialismo francês: confiscação do orçamento militar para salários, hospitais, o ensino!» Legavre preferiu subscrever uma emenda que reivindicava mais 5.800 milhões, além dos 36 mil milhões exigidos por Macron.

(2) Assinale-se que, a 21 de Abril, na *Duma* (Parlamento russo), o chefe de fila dos social-chauvinistas na Rússia, Ziuganov (chefe do Partido «Comunista»), manifestou o seu alarme com o governo de Putin: «Se vocês não tomarem medidas urgentes – financeiras, económicas e outras –, no Outono voltaremos a ter o que se passou em 1917. Não podemos permitir que tal aconteça.» Eis ao que o social-chauvinismo conduz: directamente ao campo da contra-revolução!

# Para Onde Vai a China?

## Abrir a discussão

O presente texto é uma contribuição preparatória da conferência internacional do Comité de Organização pela Reconstituição da IV<sup>a</sup> Internacional (CORQI), que se realizará em Paris nos dias 6, 7 e 8 de Novembro de 2026.

Abre um debate, baseado nos princípios do marxismo que regem a elaboração e a actividade da IV<sup>a</sup> Internacional.

Redigido por uma comissão de quatro camaradas da secção francesa, este texto não tem a pretensão de dar respostas definitivas a todas as questões e muito menos de fornecer uma definição acabada de um processo em curso.

Terá alcançado o seu propósito se permitir a organização de um amplo intercâmbio à escala internacional. O que, disso estamos convencidos, permitiria avançar no agrupamento daqueles que, mantendo-se fiéis aos princípios do *Manifesto Comunista* de Marx e Engels, acham por bem agir em prol do socialismo libertador.

### O poderio da revolução chinesa

**A** CHINA está no centro da situação mundial. Não apenas porque é a segunda potência económica do mundo. Não apenas porque é, de longe, o país que registou o maior desenvolvimento das forças produ-

tivas nos últimos oitenta anos. Não apenas porque há uma relação entre tal crescimento das forças produtivas e um sistema económico que, desde 1949, na China, não é dominado pela propriedade privada dos meios de produção.

A China está no centro da situação mundial por todas estas razões e por uma razão adicional que integra e ultrapassa as outras três juntas. A saber, que a contradição entre o regime da propriedade privada dos meios de produção – que, desde o colapso da URSS, passou a reinar na maior parte do planeta – e o regime da propriedade do Estado – produto deformado de uma revolução operária desde o início confiscada por uma burocracia parasitária e contra-revolucionária – domina (ainda hoje) a economia chinesa.

A revolução chinesa, uma das componentes da onda revolucionária do pós-Segunda Guerra Mundial, foi proletária porque pôs em causa o regime de propriedade privada dos meios de produção. Opunha-se, deste modo, à ordem capitalista mundial. Rompendo com a política de Stalin, o Partido Comunista Chinês (PCC) foi obrigado por circunstâncias excepcionais a ir mais longe do que pretendia na ruptura com o imperialismo.

No entanto, embora a revolução fosse proletária, a classe

operária foi expropriada, como classe, do poder político logo que o PCC tomou o poder.

Ainda assim, a revolução chinesa contraditava a ordem imperialista e os acordos de Ialta e Potsdam.

Desde essa altura, o poderio da revolução nunca mais deixou de se manifestar. Tanto pela onda de choque que produziu à escala internacional, em particular na Ásia, como na persistência do movimento da própria classe operária chinesa.

A força concentrada do proletariado chinês é um factor determinante da contradição entre dois regimes de propriedade incompatíveis. Esta contradição assume carácter particularmente agudo no contexto da crise em larga escala do sistema capitalista, obrigado que é o «*sempre fervilhante*» capital (para citar a expressão de Marx no primeiro livro d'*O Capital*) a partir à conquista, por todos os meios — em que se inclui o recurso à guerra em alastramento internacional —, dos mercados que ainda lhe escapam. Esta marcha para a guerra pode amanhã afectar directamente a China, com o corolário da restauração do capitalismo e da destruição das formas de propriedade não privada dos meios de produção.

O Comité de Organização pela Reconstituição da IV<sup>a</sup> Internacional não pode, porém, ficar



Manifestação de grevistas dum estaleiro naval, reclamando salários, 19 de Junho de 2025

## ● DOCUMENTO

»»» satisfeito com a observação supracitada. Deve propor uma definição do que a China é hoje. Deve, principalmente, procurar definir quais as dinâmicas contraditórias que operam na sociedade chinesa e qual o sentido por que tendencialmente se determina a resultante dessas dinâmicas. A resposta a estas questões é evidentemente decisiva para a revolução mundial, para o desenlace da alternativa «socialismo ou barbárie», para avançar com palavras de ordem e propostas políticas em diálogo com os militantes chineses e, num ponto de vista mais geral, para a reconstituição da IVª Internacional. Nessas condições, a presente contribuição visa abrir uma discussão que se traduza em conclusões práticas de acção e organização no quadro da conferência internacional.

### **A burocracia arroga o monopólio do poder**

A burocracia é uma camada social considerável, que compreende dezenas de milhões de membros: no final de 2024, o PCC contava oficialmente 5,2 milhões de membros nas organizações de base; 7,6 milhões de pessoas trabalhavam nos órgãos do partido e do governo; a que se somam os 3 ou 4 milhões de pessoas das redes comunitárias; e os 1,8 milhões de burocratas dos «sindicatos oficiais» da ACF-TU, ou ainda os quadros políticos dirigentes das diversas insti-

tuições, administrações e ramificações do Estado. Esta camada social dirige o Estado. Dirige o exército, dirige a polícia e, ainda que de forma conflituosa, dirige a economia, contanto que a propriedade estatal e o plano se mantenham dominantes. Porém – e aí se situa a fonte de contradições –, o desenvolvimento das forças produtivas na China vai a par da integração crescente do país no mercado mundial dominado pelo capital.

Na realidade, as duas fontes da organização da sociedade chinesa são o plano (a resposta da burocracia ao que considera serem as necessidades da sociedade, o que, até certo ponto, passa também pelas medidas necessárias para conter as exigências da classe operária) e o mercado mundial. Qual dos dois prevalecerá? Esse o desafio da luta entre as classes fundamentais da sociedade (classe operária e burguesia) à escala internacional.

À continuação do domínio do capital sobre o mercado mundial não é alheia a traição dos aparelhos contra-revolucionários, que ligaram o seu destino ao da sociedade burguesa à escala internacional. No que diz respeito ao aparelho do PCC, o «socialismo à moda chinesa», outra versão do «socialismo num só país» de Stalin, traduziu-se numa política de combate ao desenvolvimento da revolução mundial. O esmagamento físico da secção chi-

nesa da IVª Internacional, em 1949–1952, foi, desde o início, indispensável para que Mao e a direcção do PCC pudessem assentar o seu monopólio do poder político contra qualquer forma de organização autónoma da classe operária e qualquer corrente operária independente.

Ao nível internacional, a burocracia chinesa procura acordos com o imperialismo para proteger o seu exercício do poder. As suas primeiras manifestações de apoio à «ordem mundial» foram as condenações — ao lado da burocracia estalinista de Moscovo — das insurreições operárias de 1953 em Berlim e de 1956 na Polónia e na Hungria. Depois, em 1965, na Indonésia, a política da burocracia de Pequim culminou no massacre de centenas de milhares de militantes operários, em primeiro lugar os do poderoso Partido Comunista Indonésio. Manifestar-se-ia, em 1967, na Índia, no apoio ao governo de Gandhi contra a revolta das massas e, a seguir, no apoio à ditadura paquistanesa contra a mobilização revolucionária do povo do Bangladeche em 1971.

### **A Comissão Europeia arrola os seus agravos contra a China**

Da dominação do mercado mundial pelo capital deriva que hoje os critérios de produção na China, mesmo no que diz respeito à propriedade do Estado, se sujeitem cada vez mais à pressão das leis gerais do capital. Marx explica n’*O Capital* a formação, em todos os ramos da indústria, de uma taxa média de lucro, pela qual todos os capitalistas se alinham. Hoje, isso tem também tradução à escala internacional. Impõe-se também, pelo menos parcialmente, à economia estatizada. No entanto, enquanto for ele a controlar a economia, o PCC pode, activando meios estatais, contrariar a tendência, intervindo de modo não directamente orientado pela procura do lucro e sem levar em linha de conta as regras imediatas de rentabilidade.

Os capitalistas estrangeiros não têm a mínima ilusão de que assim é. Num longo relatório de



20º Congresso do Partido Comunista Chinês

10 de Abril de 2024 dedicado às «significativas distorções na economia da República Popular da China para fins de inquéritos em matéria de defesa do comércio», a Comissão Europeia arrola os seus agravos contra a China. No sector siderúrgico, amplamente dominado por empresas estatais, «o governo rege o desenvolvimento do sector, recorrendo a um vasto leque de instrumentos e directrizes políticas que abrangem, entre outros aspectos, a composição e reestruturação do mercado, as matérias-primas, os investimentos, as reduções de capacidade, a gama de produtos, a deslocalização, a modernização, etc. Por estes e outros meios, o governo dirige e controla praticamente todos os aspectos do desenvolvimento e do funcionamento do sector. [...] O conjunto destes elementos retrata um sector fortemente influenciado pelo governo. Nesta matéria, numerosos inquéritos em matéria de defesa comercial levados a cabo em várias jurisdições confirmaram que os produtores de aço chineses beneficiam de um vasto leque de medidas de apoio público e de outras práticas que distorcem o mercado, designadamente restrições à exportação que afectam matérias-primas e factores de produção.»

O quadro traçado é idêntico para todos os principais sectores da economia. No sector do alumínio, o relatório denuncia subsídios em forma de empréstimos (entre outras múltiplas ajudas) trinta e cinco vezes superiores aos dos concorrentes. No que diz respeito à ferrovia, que conheceu um desenvolvimento considerável nas últimas décadas, «as intervenções da China no mercado interno protegeram, no seu conjunto, as empresas ferroviárias públicas chinesas da concorrência estrangeira no território nacional, permitindo-lhes oferecer preços significativamente inferiores aos dos seus concorrentes europeus, japoneses e americanos no estrangeiro. Paralelamente, os projectos levados a cabo pela China no âmbito da BRI (Belt and Road Initiative) e de outras iniciativas contribuíram para exportar para o

estrangeiro os efeitos do excesso de capacidade chinês.»

### **A produção deriva, em primeiro lugar e acima de tudo, do plano**

O problema, para os capitalistas estrangeiros, é que a produção deriva, em primeiro lugar e antes de mais nada, do plano. Assim, na indústria química, «as políticas industriais no sector químico continuam a ser muito intervencionistas, dispondo-se o Estado a recorrer a um vasto leque de instrumentos regulamentares, nomeadamente medidas fiscais, financeiras, de investimento ou tarifárias. Os textos regulamentares exigem explicitamente que as autoridades competentes e outros intervenientes — tais como bancos ou associações industriais — prestem o apoio necessário às políticas industriais nacionais, regionais, etc., nomeadamente prestando maior apoio financeiro. Nesta óptica, a prática de investigação das autoridades de defesa comercial nos últimos anos tem demonstrado a existência de um vasto leque de medidas de apoio ao sector químico em geral ou a empresas individuais postas em prática pelas autoridades chinesas a diferentes níveis, que prejudicam consideravelmente o livre funcionamento do mercado, assim como as decisões das empresas, que não são, por conseguinte, realmente ditadas pelo mercado.»

O relatório da Comissão Europeia adianta idênticas «condenações» da intervenção estatal nas energias renováveis: «Algumas modalidades de ajuda [...] continuam a conferir às empresas chinesas vantagens em relação aos seus concorrentes internacionais, que distorcem o mercado. A consequência é que os mercados mundiais destes bens ambientais estão distorcidos pelos efeitos persistentes dos subsídios chineses específicos para estes sectores, pelo impacto dos subsídios horizontais em toda a economia chinesa e pelo recurso contínuo a certas formas de ajuda pública.»

Nos sectores de ponta, a prevalência do planeamento mantém-se ainda: «O 14.º plano

quinquenal nacional faz da independência tecnológica um seu objectivo e designa expressamente a indústria de semicondutores como sector estratégico onde a autonomia reveste importância capital. Para atingir este objectivo, a China tem levado sistematicamente a cabo políticas industriais estatais que conferem uma vantagem artificial aos seus beneficiários, de molde a distorcer os mercados e esbater as fronteiras entre os actores e os interesses privados e públicos.»

Têm-se mobilizado recursos colossais para a construção duma indústria de semicondutores, com intervenção de gigantescos fundos de investimento públicos e de empresas estatais a todos os níveis.

O desenvolvimento da produção de veículos eléctricos responde, uma vez mais, a uma decisão política do Estado chinês, que a União Europeia condena: «Arrimada a um quadro completo de apoio do governo central e das autoridades locais em toda a cadeia de valor — das matérias-primas essenciais às baterias, passando pelos veículos eléctricos —, a China tornou-se no primeiro produtor e exportador mundial de veículos eléctricos no quadro de um desafio de interesse nacional. Assim, depois de criar o sector, o governo pôs em prática uma série de medidas que, tomadas em conjunto, lhe permitem exercer controlo sobre o crescimento do sector e orientar o seu desenvolvimento.»

Mesmo nas indústrias onde as empresas privadas são em grande número, a propriedade do Estado continua a ser fundamental (e inaceitável para os capitalistas): «Muitas administrações locais e sucursais locais de bancos públicos têm fornecido às start-ups do sector dos veículos eléctricos os investimentos necessários ao desenvolvimento das suas actividades, de modo que uma parte considerável do capital e da dívida dos fabricantes de veículos eléctricos é agora detida pelo Estado. Neste contexto, a intervenção do governo, tanto a nível central como local, é susceptível de distorção do mercado.»

## ● DOCUMENTO

»»» N'A *Revolução Traída*, Trotsky escreveu em 1936: «*Já não há motivo para discutir com os senhores economistas burgueses: o socialismo demonstrou o seu direito à vitória, não nas páginas d'O Capital, mas numa arena económica que cobre um sexto da superfície do globo, não na linguagem da dialéctica, mas na do ferro, do cimento e da electricidade. Ainda que a URSS viesse a sucumbir sob os golpes desferidos do exterior e os erros dos seus dirigentes – ao que, firmemente o esperamos, seremos poupados –, subsistiria a garantia de futuro do facto indestrutível de que só a revolução proletária permitiu a um país atrasado obter, em menos de vinte anos, resultados sem precedentes na história.*»

*Mutatis mutandis*, o mesmo se aplica à China saída da revolução de 1949.

### A dinâmica em acção dum processo contraditório

Enquanto isso, os critérios de produtividade do trabalho à escala mundial fazem com que, como observámos, as condições de produção em cada país do mundo se alinhem por uma taxa média de produtividade, que deve estar em progressão constante. A produção de mercadorias na China está, portanto, cada vez mais sujeita à concorrência, e a concorrência é a concorrência capitalista. A burocracia – e é neste ponto que o papel que ela desempenha é contraditório – submete-se a isso porque não tem outra escolha. Submete-se às leis da concorrência capitalista, o que a faz inevitavelmente ter de repercutir sobre a classe trabalhadora chinesa condições de exploração que tendem a alinhar-se pelos critérios de competitividade capitalistas. Consequentemente, seja embora a propriedade estatal, a pressão que se exerce em crescendo vai, sendo o mercado, mundial, no sentido da acentuação das exigências de exploração. Esta tendência embate, contudo, nas leis da luta de classes, em virtude da persistência do poderio da revolução chinesa, que – reitera-se – é um elemento determinante.

Ainda hoje, na China, o objectivo da produção determinado pelo PCC e pelo seu plano não é o lucro. Em princípio, a lei do capital é a de que  $c+v$  se torna  $c+v+mv$ . No âmbito da propriedade estatal, cada vez mais sujeita às condições do mercado mundial, há também produção de mais-valia ( $mv$ ). Mas com uma diferença de peso: na economia capitalista,  $mv$  divide-se em fracções de  $mv$  orientadas, por um lado, para a reprodução alargada do capital e, por outro, para o lucro propriamente dito, que permite o enriquecimento dos capitalistas proprietários das empresas, o pagamento de dividendos aos acionistas, etc.; na economia estatizada, a mais-valia distribui-se entre uma fracção indispensável para a reprodução ampliada do capital e outra destinada às parasitárias deduções da enorme máquina da burocracia.

Mas esta economia não é directamente guiada pelo objectivo da geração de lucros (ou dividendos, apropriados por investidores privados), excepto quando uma parcela do capital da empresa estatal é detida por investidores privados. O facto de não haver obrigação de lucros e dividendos a reger as condições de produção em sectores importantes é um factor que diferencia de forma extremamente significativa as condições de produção na China do resto da produção mundial.

### A economia chinesa, cada vez mais integrada no mercado mundial

As instituições do imperialismo denunciam as intervenções do Estado chinês, que acusam de distorcer as «*regras da concorrência*» à escala internacional, ao passo que a economia chinesa está cada vez mais integrada no mercado mundial. Se bem que o acordo de integração na Organização Mundial do Comércio (OMC) tivesse visado resolver esta contradição, no início dos anos 2000, os relatórios, tanto da União Europeia como das instituições do imperialismo americano, dão constância de que o acordo jurídico não permitiu

resolver a questão — cujas raízes são mais profundas do que acordos comerciais —, continuando a denunciar o lugar predominante do Estado no funcionamento da economia chinesa — e afincando que não pode continuar assim.

Para compreender esta situação contraditória e as dinâmicas que nela se encerram é preciso voltar aos acontecimentos que se seguiram à revolução de 1949. O imperialismo, numa primeira fase, contemplou — com a cumplicidade de Stalin — recuperar o controlo directo da China, pelas guerras da Coreia e, posteriormente, do Vietname. Isso provocou, por sua vez, uma mobilização de massas para defender a revolução e levá-la mais longe, pondo cobro ao regime da propriedade privada. Isto deu-se num contexto de conjugação com o aparelho do PCC, que, «*posto em circunstâncias excepcionais*», segundo a fórmula do Programa de Transição fundador da IVª Internacional, foi obrigado a tomar medidas contra os capitalistas (que queria, porém, proteger). As lutas pelo poder entre fracções internas da burocracia deram em que, em seguida, algumas delas operassem mobilizações de massas controladas. Mas as mobilizações revolucionárias da juventude e da classe operária (As Cem Flores em 1956, a Comuna de Xangai em 1967) instigaram a burocracia, que se sente ameaçada e teme pelo seu poder, a procurar cada vez mais abertamente um acordo com o imperialismo no âmbito da sua política de coexistência pacífica.

### Quem decide: o «mercado livre» ou o Estado?

Todas as etapas da «política de abertura» decidida pela direcção do PCC no final de 1978 põem a questão do regime de propriedade — de quem decide: se o «mercado livre» ou o Estado; e das relações com o mercado mundial. Com esta política, o PCC entregou uma fracção da classe operária chinesa à exploração de empresas privadas de Hong Kong, da Coreia e do Japão



Uma fábrica na China

e, posteriormente, de multinacionais americanas e europeias, contribuindo para a baixa geral dos salários à escala internacional. Segue-se a adesão à OMC, em 2001, a compra maciça de títulos do Tesouro americano e, finalmente, a contribuição para a estabilização da situação mundial durante a crise de 2008, com um plano de relançamento da economia chinesa no valor de 450 mil milhões de euros e ajudas financeiras ou industriais a vários países da Europa (Espanha, Portugal, Grécia...).

### Que é do sector privado?

A que ponto se chegou entretanto? As empresas estatais, quer estejam sob controlo do governo central quer dos governos provinciais ou municipais, estruturam e dominam a economia chinesa. É certo que, oficialmente, a maioria do emprego está no sector privado, mas é preciso esclarecer o que este compreende. Segundo a Administração de Regulação do Mercado do Estado, em 2024 as 124 milhões de empresas individuais registadas empregavam

cerca de 300 milhões de pessoas. Ou seja, estas «empresas» do sector privado são PME e até mesmo micro-empresas, que empregam em média duas ou três pessoas (estafetas, pequenos comércio, lojas de serviços, etc.).

Em contrapartida, ainda em 2024, as empresas estatais representavam 96% do sector energético, 85% do sector dos serviços públicos no sentido lato (incluindo o abastecimento de água, gás, electricidade, etc.), 73% do sector financeiro, 64% do sector dos bens de consumo, 59% do sector dos materiais e 56% do sector imobiliário e da indústria.

Há outro aspecto a ter em conta. Os grandes projectos de infra-estruturas e imobiliários e a criação de centenas de parques industriais que transformaram a China nos últimos vinte e cinco anos são resultado combinado da propriedade do Estado e do carácter público ou colectivo da propriedade da terra. Os economistas chamaram-lhe financia-

mento pela terra («Land Finance»).

Centenas de milhares de pequenos e grandes burocratas empreenderam uma miríade de iniciativas de desenvolvimento, que consistiam em as localidades, mediante remuneração, cederem os direitos de uso da terra, assegurando-se, por intermédio de empresas estatais locais, o financiamento dos projectos de infra-estruturas e parques industriais. É evidente que foi frequente a ocasião prestar-se a os burocratas receberem dinheiro por baixo da mesa.

Este «sistema» não está isento de contradições nem de riscos. Designadamente, deu num forte endividamento das autarquias e numa explosão dos preços do imobiliário, dois factores que oneram hoje a economia chinesa e os trabalhadores.

### O resultado concreto sói ser mais limitado do que os anúncios iniciais levam a crer

Mesmo quando o governo central incentiva o crescimento da intervenção da economia privada nestes processos, o resultado concreto sói ser mais limitado do que os anúncios iniciais levam a crer. Foi o caso da campanha de desenvolvimento de parcerias público-privadas (PPP), nas quais o dinheiro público é colocado mais directamente ao serviço do desenvolvimento do capital privado.

Lan Xiaohuan, um professor da Universidade de Fudan, observou que «em Maio de 2020, contava-se um total de 9.575 projectos de PPP em toda a China, num valor total de cerca de 15 biliões de yuans; no entanto, apenas se tinha começado a construção em 40% dos projectos. A segunda característica é que a maioria dos “parceiros privados” são, na realidade, empresas públicas, incluindo veículos de financiamento de autarquias locais (LGFV), como a CDCT ou o grupo Jaorun, acima referidos. No final de 2019, apenas 30% dos projectos de PPP em fase de construção ou em fase de exploração envolviam empresas privadas, e a maioria destes eram pequenos projectos independen-

## ● DOCUMENTO

»»» *tes, como estações de tratamento de águas residuais ou instalações de tratamento de resíduos. Poucas empresas privadas participam em projectos de grande envergadura, como o Gu'an High Tech Park, liderado pela China Fortune. E este é um "projecto PPP de demonstração nacional", adjudicado pelo governo central» (How China Works, p. 131).*

Mesmo nos sectores das novas tecnologias, os mais marcados pela presença de empresas privadas, a importância da propriedade estatal é fundamental. Por exemplo, os principais accionistas (com mais de 60% do total) do *China Integrated Circuit Industry Investment Fund*, um fundo de investimento destinado a desenvolver a indústria de semi-condutores, são nada mais, nada menos do que o Ministério das Finanças, os bancos de desenvolvimento chineses e empresas públicas (*China Tobacco*, *China Mobile* e outras). Os seus investidores costumam ser entidades públicas (como a cidade de Xangai ou empresas estatais). O fundo investe em numerosas empresas privadas... mas também desempenhou um papel crucial no desenvolvimento da *Semiconductor Manufacturing International Corporation (SMIC)*, empresa estatal, maior fabricante de circuitos integrados da China e terceiro maior do mundo.

As múltiplas participações cruzadas de empresas e fundos estatais fazem com que a prioridade efectiva de muitas empresas privadas dependa, apesar das aparências, da propriedade estatal.

Quanto aos bancos, em 2025, os quatro maiores bancos mundiais pelo valor dos activos eram chineses: o *Industrial & Commercial Bank of China*, o *Agricultural Bank of China*, o *China Construction Bank* e o *Bank of China*. Juntos, possuíam mais de 23,17 biliões de dólares em activos (um nível comparável ao PIB dos EUA). Em 2022, registaram, em conjunto, um lucro líquido superior a 160 mil milhões de dólares (o equivalente ao PIB de Marrocos ou do Kuwait).

A economia privada tem-se



Greve de estafetas em cinco grandes cidades, em 2019

desenvolvido rapidamente nos últimos dez anos no sector das novas tecnologias. A participação de capitais privados nas empresas públicas é minoritária, mas tem aumentado. A cotação em bolsa de muitas empresas públicas e o seu alinhamento crescente com os modelos de gestão capitalistas fazem investidores internacionais, como a seguradora Allianz, afirmar que «podem oferecer excelentes oportunidades aos investidores», dada «a diminuição do peso da dívida, a generalização de programas de participação accionista para dirigentes e funcionários, a melhoria dos fluxos de caixa e a ênfase crescente no rendimento dos accionistas, graças a dividendos mais elevados e à recompra de acções» (página em linha da *Allianz Global Investors*).

Este fenómeno representa uma ameaça crescente, que fragiliza a propriedade estatal.

Não obstante, por enquanto, ainda é esta última que domina.

Vale a pena acrescentar que, conquanto seja difícil estabelecer fronteiras nítidas a determinar o que se enquadra no sector privado e o que se enquadra no sector público, também se compreende perfeitamente que, quando uma instituição estatal detém entre 10% e 50% de uma empresa

privada, o capital não é totalmente livre, uma vez que actua num ambiente económico marcado pelas decisões do Estado.

Do mesmo modo, e apesar de uma política de açambarcamento parasitária, a terra continua a ser propriedade do Estado nas cidades e propriedade social no campo. A imprensa costuma-se referir a vendas de terrenos, quando o que ocorre são cessões de direitos de construção na forma de arrendamentos de duração variável (muitos de trinta e sessenta anos). Violações destes direitos estão na origem de numerosos confrontos entre o campesinato e a burocracia local. Por fim, se bem que o controlo monetário e do comércio externo continuem a ser da competência do Estado, conviria determinar a que ponto estão postos em causa.

São todos estes processos contraditórios que, ao fio da discussão, se há-de procurar definir melhor.

### A luta de classe da classe operária continua a ser o factor dominante

A burocracia procura com cada vez maior intensidade um compromisso com o imperialismo, mas depara-se com os ziguezues da política do próprio



imperialismo, com a instabilidade da «ordem mundial», com o carácter imprevisível da política de Trump. No entanto, a burocracia precisa de procurar um tal acordo, por medo das mobilizações da classe operária, que ameaçam o monopólio do seu poder e o próprio poder. As múltiplas revoltas da classe operária são também reflexo do lugar social que ela conquistou na sociedade chinesa.

A mobilização revolucionária de uma ampla fracção da classe operária em numerosas cidades do país em 1989 pôs travas, temporárias, à política de «abertura». A seguir, deram-se explosões da luta de classes no Sul, na década de noventa, por causa do desenvolvimento das zonas económicas especiais (ZEE), e, no Norte, do desmantelamento das empresas estatais. Assistimos então ao renascimento do movimento operário, formando-se organizações independentes até 2015.

Na década seguinte, apesar da repressão sem tréguas que se abateu sobre os grevistas e seus delegados e, bem assim, todas as ONG de defesa dos direitos dos trabalhadores, a classe operária chinesa exprimiu-se com força: das poderosas greves dos trabalhadores e trabalhadoras da indústria electrónica ou do calçado, dos funcionários da Walmart e dos estafetas, de 2017 em di-

ante, dos trabalhadores da indústria automóvel na FAW-VW por «a trabalho igual, salário igual» à greve nacional dos operadores de gruas por melhores salários no 1º de Maio de 2017.

Com a pandemia do Covid-19, a tendência da população para se auto-organizar afirmou-se em cidades como Wuhan. A população tomou as rédeas da situação, prédio a prédio e bairro a bairro, para garantir a sua sobrevivência. Os trabalhadores demonstraram, assim, mais uma vez, que são capazes de organizar o funcionamento da sociedade sem o controlo opressivo de uma burocracia.

O mesmo poderio se manifestou em todo o decurso do confinamento, pontuado por greves e manifestações por salários não pagos, em primeiro lugar dos estafetas da entrega de comida das plataformas, que dormiam na rua enquanto alimentavam a população. Foi mais uma vez a luta de classes que pôs fim à política de confinamento «Covid zero», que significava, para os 200 mil trabalhadores da fábrica «iPhone City», da Foxconn, em Jengju, eles ficarem confinados na fábrica como num campo de trabalhos forçados. No final de Novembro de 2022, milhares de trabalhadores forçaram as grades dessa fábrica onde estavam confinados – com o vírus! –, e a seguir fizeram uma greve, em massa, durante dois dias, para receberem os salários. Enfrentaram a polícia de intervenção. Isto suscitou uma onda de simpatia em todo o país.

Alguns dias depois, protestos em Urumqi, no Xinjiang, pontuados pelo canto d'A *Internacional*, uniram os trabalhadores, independentemente da sua origem étnica, contra os burocratas considerados responsáveis pela morte de dez pessoas num incêndio. Seguiram-se manifestações de massas em cerca de uma dezena de grandes cidades da China, o que fez o poder recuar, anunciando o abandono da política «Covid zero».

Depois desses meses marcados pela pandemia, as greves voltaram a aumentar em 2023.

Um recenseamento, necessariamente parcial, das greves registou 434 greves em unidades de produção em 2023 (contra 37 em 2022 e 66 em 2021). Em 2024, enumeraram-se cerca de 1.500 «incidentes de massa».

Em 2025, ano em que a guerra comercial e as barreiras aduaneiras de Trump provocaram um abrandamento profundo da produção, nomeadamente nas indústrias ligadas à exportação, multiplicaram-se as greves pelo pagamento de salários em atraso e contribuições sociais, bem como contra os despedimentos. O ano de 2025 terminou com a greve de 3 mil trabalhadores e seus delegados na fábrica Yilisheng, em Shenjen, seguida da greve vitoriosa de dez dias na fábrica Changrong, em Dongguan. O ano de 2026 começou com a greve massiva dos trabalhadores da Markor contra o seu despedimento sem indemnização.

A classe operária chinesa – componente da classe operária mundial, seu destacamento numericamente maior – é um factor de primeira ordem no confronto entre capital e trabalho à escala mundial. O poderio da classe operária aterroriza tanto as cúpulas do PCC como os capitalistas de todo o mundo.

Tanto sugere que se tente fazer um balanço da composição da classe operária, que, desde 1949, se tem reforçado significativamente. Um relatório de Li Peng, vice-presidente da Assembleia Popular Nacional, apurou estes números para o final de 2021: «No início da fundação da República Popular da China, o número total de assalariados no país era de cerca de 8,09 milhões. No final de 1956, após a conclusão da transformação socialista, o número de trabalhadores industriais aumentou rapidamente, atingindo 46,51 milhões. No início da reforma e da abertura, em 1978, o número de empregados nos sectores secundário e terciário atingia 180 milhões. Entre 1978 e 2019, a dimensão da classe trabalhadora passou de 180 para 580 milhões de pessoas, e a proporção passou de 29,5 para 74,9% da população activa chi-

## ● DOCUMENTO

>>> *nesa. O número de trabalhadores migrantes passou de 120 milhões na década de 1980 para 298 milhões em 2019, representando 60% da classe trabalhadora.»* Esta evolução é fruto da política de industrialização do período anterior a 1980, da propriedade estatal e da propriedade social da terra. Que consequências teve, desde 1978, o desenvolvimento do sector privado, a deslocação de centenas de milhões de trabalhadores migrantes do interior e o desenvolvimento dos «auto-empresários»? Talvez fosse bom determiná-lo.

### Dos capitalistas chineses

Na fase actual, os capitalistas aceitam estar sob o jugo de um governo dirigido e controlado pelo Partido Comunista Chinês. O sector capitalista encontra, nesta fase, condições para se desenvolver, acomodando-se às restrições de uma economia dominada pela propriedade estatal e às imposições do partido no poder. Isso permite-lhe – apoiando-se na economia chinesa como um todo – desempenhar um papel extremamente importante no mercado mundial numa série de domínios, nomeadamente na alta tecnologia, microprocessadores, circuitos electrónicos, veículos eléctricos, energias «verdes», etc. Por quanto tempo se poderá manter este equilíbrio?

A experiência dos últimos anos mostra que qualquer capitalista que procure desviar-se do caminho que a burocracia lhe indica corre o risco de cair de repente para o fundo da escala social, dos picos mais luxuosos para as prisões estatais. Nenhum outro exemplo ilustra melhor esta relação do que o destino do famoso Jack Ma, com a filial financeira *Ant* do seu grupo *Alibaba*, que era (e continua a ser) um gigante do comércio em linha e cuja aplicação Alipay é usada diariamente pela imensa maioria da população como solução de pagamento (ao ponto de substituir o dinheiro vivo).

Em 2003, para garantir a angariação de fundos para o grupo, lançou-se a *Ant Financial*.

Em 2013, a plataforma manteve o ímpeto e criou a Yu'E Bao, uma filial de micro-crédito fora do controlo dos reguladores. Concede empréstimos em poucos minutos, sem hipotecas e a taxas muito baixas.

Em 2017, esta filial conseguiu a proeza de chegar a gerir a soma colossal de 1,7 biliões de yuans (cerca de 250 mil milhões de euros) em empréstimos pendentes, sem estar sujeita a regulamentação bancária.

Ganhando confiança, Jack Ma mostra-se cada vez mais crítico do controlo do Estado sobre o sector.

Em Outubro de 2020, atreveuse a denunciar a «mentalidade de Montepio» do «clube de velhos» reguladores financeiros em funções. Anuncia, assim, de forma bem plástica, querer disputar ao Estado o controlo dos circuitos financeiros; prepara a sua entrada na Bolsa de Valores de Wall Street, a fim de angariar 31 mil milhões de dólares.

A operação é então bloqueada pelas autoridades de Pequim. O governo obriga Jack Ma a ceder as suas participações no grupo (passam de 50% a 6,2%). Uma instituição financeira próxima das autoridades assume o controlo do grupo, que, após uma multa recorde, é obrigado a reestruturar-se e a separar-se das operações de crédito ao consumo. Jack Ma «desaparece» da cena pública durante vários anos. O preço do seu regresso, primeiro gradual, depois oficial, em 2025, é a submissão total.

Assim que os interesses do grupo privado se revelaram contrários aos do Estado e da burocracia como um todo, esta exerceu a sua ditadura. Desde essa altura, os grandes chefes dos principais conglomerados tecnológicos, como a Tencent, JD.com, etc., têm tido todo o cuidado em enquadrar a sua acção nos limites fixados pelo poder... sem, no entanto, evitarem sobressaltos.

O mesmo se aplica aos sectores do aparelho burocrático tentados a emancipar-se, mesmo que de forma muito marginal, da

centralização exercida pelo aparelho do partido.

### A contradição entre dois regimes de propriedade dos meios de produção

Nestas condições:

a) A pergunta que está na mesa é: até quando este sector capitalista considerará mais vantajoso permanecer, de facto, mais ou menos sob o controlo do Partido Comunista Chinês? E qual será o momento em que julgará indispensável emancipar-se dele? Ou então, em que momento os acontecimentos serão precipitados por circunstâncias externas, independentemente da vontade da burocracia?

b) Há, no mais, cada vez mais sectores saídos da burocracia e do aparelho do Estado que se apropriam de parcelas da mais-valia ou que, pelo menos, se sentem tentados a fazê-lo. É o que explica os múltiplos casos de corrupção. Pois – como Trotsky refere n' *A Revolução Traída* – há uma lógica que cria em sectores do aparelho do Estado e da burocracia que controlam a produção de mercadorias a tentação de se procurarem apropriar pura e simplesmente da mais-valia e, amanhã, do controlo da propriedade dos próprios meios de produção.

c) Quer a lógica que, num dado momento, tudo isto expluda. A economia chinesa contém em si mesma elementos de contradição entre dois regimes de propriedade dos meios de produção, a propriedade estatal e a propriedade privada. A lógica de um é contraditória com a lógica do outro.

d) Mesmo assim, temos de olhar para as coisas numa perspectiva dinâmica. No momento em que escrevemos estas linhas – neste preciso momento; amanhã já pode ser diferente – , pode-se dizer que a burocracia, globalmente, como força social, só existe como parasita da propriedade estatal e aproveitando-se da sua posição para sacar ao sector privado, não fazendo, contudo, a menor ideia de que posição possa ocupar se, amanhã, a propriedade estatal ceder o

lugar à propriedade privada (mais exactamente: cada burocrata não faz a menor ideia, embora a crise financeira de 2008 e a política de Trump não tenham propriamente o condão de o tornarem muito optimista). Tanto mais que a reintrodução plena e total do regime capitalista, na fase do imperialismo em decomposição, ocorreria em condições de monstruosa decomposição do país e de um recuo considerável da produção em benefício do parasitismo mafioso, não deixando espaço para essa camada social, no seu conjunto, de dezenas de milhões de membros. Ela é, consequentemente, globalmente conservadora da propriedade estatal, defende-a «à sua maneira», dado que o seu poder depende da propriedade estatal; mas com meios que preparam constantemente a restauração do capitalismo. Isso não impede, porém, exactamente pela pressão da propriedade privada dos meios de produção, que se possa dizer que há sectores que tentam avançar de forma mais directa e clara no sentido da abertura e do capital. Não se pode excluir que uma ofensiva directa do imperialismo americano – incluindo a possibilidade de uma intervenção militar – encontrasse, nesse momento, apoios internos, inclusive ao mais alto nível dos círculos dirigentes.

e) Onde nos situamos, porém, em Março de 2026? O marxismo define o bonapartismo como um

poder em equilíbrio instável acima das classes sociais. Marx trata o bonapartismo de Napoleão III, manobrando entre a burguesia e a classe operária. Trotsky, ao falar da burocracia estalinista, evoca um «bonapartismo burocrático». É possível considerar que o que temos na China é uma forma particular de bonapartismo. A cúpula burocrática, que parasita o Estado originado por uma revolução proletária, está posto, em equilíbrio instável, no meio de várias forças: a classe operária – cujo peso social é considerável e que, apesar do controlo repressivo do aparelho de Estado, manifesta o seu poderio – e a burguesia chinesa, que ainda não se cristalizou como classe que reivindique o poder (mas que tenderá cada vez mais a fazê-lo, embora só enquanto candidata a burguesia compradora submissa ao imperialismo), bem como o próprio imperialismo. Equilíbrio instável, também, entre a cúpula da burocracia, que procura manter a unidade desta, e as diferentes fracções, componentes e forças centrífugas do aparelho.

A cúpula da burocracia comporta-se de forma bastante consentânea com o que Marx explica sobre o bonapartismo (ainda que as relações de produção não sejam as mesmas do bonapartismo de Napoleão III): ora satisfaz as exigências do imperialismo e/ou dos burgueses chineses; ora as refreia, por ter de levar em consideração o poderio da classe

operária, apesar de tentar amordaçá-la.

Em que sentido se move tudo isto? Decidindo fazer uma purga do exército, ao mais alto nível, no topo do Partido Comunista Chinês, Xi Jinping parece estar a atacar os sectores mais abertos à penetração capitalista. O actual centro do poder – internamente ao PCC – adopta a pose de defensor do regime burocrático contra processos que, a terem continuidade e irem até às últimas consequências, implicariam a queda da burocracia. Do mesmo passo, porém, quando a classe trabalhadora reivindica demasiado, é preciso silenciá-la.

f) Xi Jinping parece – na fase actual – ser quem ainda pode soldar a burocracia e o aparelho de Estado à volta de uma razão social comum, a saber, que, se a propriedade estatal ruir, a burocracia, enquanto camada parasitária, ruirá ou desintegrar-se-á.

A burocracia procura conter os processos de restauração capitalista – que ela própria criou e faz prosperar – com um comportamento bonapartista que, como todos os equilíbrios, não pode durar eternamente.

Se bem que não esteja permitida a organização operária independente, a burocracia não tem, mesmo assim, capacidade para conter todo e qualquer movimento independente da classe operária, muito pelo contrário. E não tem essa capacidade de contenção porque a classe operária tem peso enquanto classe. A repressão tem o objectivo de impedir que ela se organize como classe, mas a classe operária chinesa tem peso na relação de forças, apesar do quadro coercitivo imposto pelo regime burocrático. Juntamente com o imperialismo, ela é um dos principais mordentes do torno que aperta a burocracia.

A burocracia chinesa abriu o país à penetração capitalista. Abriu às escâncaras o caminho para se poder formar e, a seguir, desenvolver uma burguesia chinesa que dispõe de poder económico crescente e, impulsionada pelo imperialismo americano, se verá inevitavelmente na



Jang Yuxia e Liu Jenli, dois dos generais mais graduados que Xi Jinping decidiu afastar

## ● DOCUMENTO

»»» contingência de reivindicar não uma mera parcela do poder económico, mas a sua libertação dos constrangimentos e das consequências da gestão do Estado pela burocracia; por outras palavras, a reivindicar o poder político. Seria uma contra-revolução grávida de um enfrentamento gigantesco com a classe operária e o campesinato, uma verdadeira guerra civil.

**g)** Indiquemos com exactidão o momento em que nos encontramos: a burguesia chinesa nascente hesita em expor-se demasiado e em exigir o poder político, considerando, por enquanto, que o melhor é aproveitar as liberdades de acção que o poder lhe concede, sem necessariamente reivindicar o poder político — enquanto o imperialismo americano, por razões inerentes às leis do capital, está envolvido numa dinâmica que o empurra — ou o empurrará — a reivindicar o derrube do poder da burocracia para poder restaurar plenamente o regime da propriedade privada. Mas ainda é preciso que o imperialismo esteja em condições de se meter por tal via até às últimas consequências e concretizá-la, quando, para já, tem de lidar com as contradições decorrentes das guerras que ele próprio criou (Irão, Ucrânia...). Há círculos dirigentes do imperialismo que têm receio da onda de choque que dali poderia advir, importando numa destabilização acentuada de toda a ordem mundial.

**h)** É preciso, igualmente, considerar a tendência para a contestação do poder central por parte de sectores do aparelho burocrático nas regiões que, pela sua relação com o imperialismo e com sectores da burguesia chinesa emergente, se guiam pela sua própria partição. No entanto, a “normalização” do sector de Xangai ou de Bo Xilai mostra que, nesta fase, o aparelho do PCC é capaz de impor o seu controlo, servindo-se do aparelho policial e repressivo estatal para dar vencimento aos seus interesses globais.

**i)** A repressão exercida pelo sector dominante da burocracia contra os sectores do exército

apresentados como os mais corruptos corresponde a essa necessidade permanente do aparelho de restabelecer o seu controlo sobre a propriedade estatal e podar os ramos em que haja risco de arrastamento para outra via. Do mesmo passo, os conflitos internos no exército e nas relações do exército com a burocracia como um todo seguem o recorte de eventuais posições diferentes face às ameaças militares americanas.

**j)** O imperialismo tem que coagir a China; coagi-la pelas pautas aduaneiras, coagi-la pelos métodos de Trump, que conjugam pressões militares, económicas e diplomáticas. A intensidade das várias modalidades pode variar. O essencial, porém, independentemente das peripécias — que não deixam de ter a sua importância —, mantém-se: o imperialismo sabe (pelo menos, é essa a lógica) que, a prazo, sem que se possa dizer qual é esse prazo, ele terá não de se limitar a fazer pressão sobre a China, como Trump (e, com ele, as outras potências capitalistas) hoje tenta fazer, mas de afrontá-la. Daí os preparativos de guerra. O imperialismo está a bombardear Teerão desde 1 de Março, e a lógica subjacente há-de guiá-lo, com etapas intermédias, até ao sopé da Muralha da China. Embora, nesta fase, devamos considerar impossível datar prognósticos. Tanto mais que, no momento em que estas notas são redigidas, a agressão militar de Trump ao Irão não está a ser tão bem sucedida como ele esperava.

**k)** Um elemento que refreia todas as forças em presença é o receio do poderio da classe operária. Todos pensam duas vezes antes de se arrisarem a alterar a ordem social existente, tanto do lado da burocracia como do do imperialismo. Um confronto directo poderá abrir caminho a que centenas de milhões de operários chineses (com o imenso campesinato ao seu lado) subam ao palco da história, tomando nas suas mãos, com os métodos que são os seus, a defesa da China e das conquistas da revolução chinesa. Pondo a questão do poder.

**l)** Evidentemente que tudo

pode mudar, dada a instabilidade da situação mundial, mas há razões para supor que Trump, que promove a guerra numa série de esferas, ainda não tem condições para se confrontar com a China, não apenas por razões militares, mas também porque há vastos sectores da classe capitalista que consideram que é melhor — por agora — procurar um acordo com a burocracia chinesa do que avançar para um confronto directo. A longo prazo, porém, o imperialismo americano vai ter de avançar. E não é possível descartar a hipótese de sectores do aparelho burocrático — e podem ser sectores significativos — lhe servirem de apoio interno.

A dinâmica contraditória da situação pode ser resumida nos seguintes elementos: por um lado, o reforço de uma burguesia chinesa que existe, não como força dominante, não como classe que domina a sociedade, ou como classe que, nesta fase, reivindique o poder; por outro lado, o facto de esta classe burguesa embrionária procurar — com todos os limites da analogia com uma famosa citação de Trotsky — meter-se pelos interstícios e nos poros da economia ainda dirigida pelo PCC e dominada pela propriedade estatal e pelo planeamento. Nela se incrustando de modo que se relaciona com o imperialismo mundial. Estes sectores que, por enquanto, convivem e coexistem com o domínio da burocracia, serão obrigatoriamente, pela sua própria lógica, puxados para se constituírem como classe social e reivindicar o poder em nome do imperialismo. No entanto, e contraditoriamente, o movimento da classe operária, a começar pela China, mas também à escala internacional, representa um obstáculo ao avanço da restauração capitalista. A própria burocracia, que não tem papel social histórico próprio, vê-se a oscilar entre as forças sociais fundamentais pela necessidade de preservar o monstruoso aparelho parasitário de dezenas de milhões de indivíduos, não tendo cada um deles futuro, a não ser havendo coesão entre todos. A única forma

de concluir, para já, esta aproximação é repetir a fórmula de Trotsky acerca da URSS: «A questão será decidida definitivamente pela luta das duas forças vivas no terreno nacional e internacional» (*A Revolução Traída*).

### Uma classe operária com mais de 600 milhões de membros

A China «transborda» de capitais, mercadorias, trabalhadores, estudantes... que, com um mercado mundial saturado — condições que, em parte, foi a burocracia que importou para dentro da China —, não conseguem encontrar escoamento. A China está presa numa contradição: os gigantescos meios reunidos sob a propriedade directa ou indirecta do Estado chinês, como nunca antes visto na história da humanidade, podiam ser postos ao serviço da população por um autêntico governo operário. Só o são, pela burocracia, numa medida ínfima, para manter o controlo sobre a classe operária. E mesmo isso é contraditado por medidas tomadas pela burocracia que atentam contra as conquistas operárias (revalorização do salário mínimo a cada dois anos em vez de anualmente, novo estatuto dos trabalhadores «flexíveis», etc.) As normas de produção pesam sobre a propriedade do Estado. A resolução dos problemas sociais

na China implica uma ruptura com o imperialismo, ruptura a que a burocracia não está disposta a comprometer-se.

### A luta é pela revolução política

De todas estas considerações decorre a necessidade de ajudar a agrupar aqueles dispostos a intervir pela defesa do direito à livre organização da classe operária, pela defesa das conquistas (mesmo que muito comprometidas) da revolução chinesa, a lutar contra a burguesia nascente e pela defesa da China contra o imperialismo.

Este combate é uno e representa a luta pela revolução política, uma vez que a revolução que se avizinha, devendo embora correr com a burocracia para permitir que a classe operária exerça o poder político, não será, não tendo de derrubar o regime de propriedade, uma revolução social. Pelo contrário, ela regenerará a propriedade social, libertando-a da gestão burocrática da camada parasitária no poder.

Para os trabalhadores poderem realmente «ser senhores do país», para poderem controlar a propriedade social, amanhã vai ser preciso acabar com a burocracia corrupta que arroga a si o monopólio do poder político.

Para avançar por este camin-

ho, que é o da Comuna, da República dos Conselhos, os trabalhadores chineses têm de se poder organizar livremente nas organizações da sua escolha.

Têm de poder constituir os seus sindicatos sem estarem sujeitos a qualquer controlo estatal, administrá-los livremente, escolher sem coacção os seus representantes.

Também os trabalhadores das cidades e do campo, os jovens, têm de poder organizar-se politicamente nas organizações que decidam constituir. Livremente associados, poderão levar avante as posições que lhes pareçam mais adequadas para defender (e reconquistar) as suas conquistas e a China.

Um militante operário chinês escreveu, há alguns anos: «*Construindo um movimento operário chinês forte, com uma perspectiva internacional, podemos dar continuidade ao trabalho que a ACFTU fazia em 1925 e construir um novo movimento operário.*»

O estatuto da construção dum «*movimento operário chinês forte*» será, com efeito, o de ser uma componente fundamental da revolução proletária internacional. ●

9 de Maio de 2026

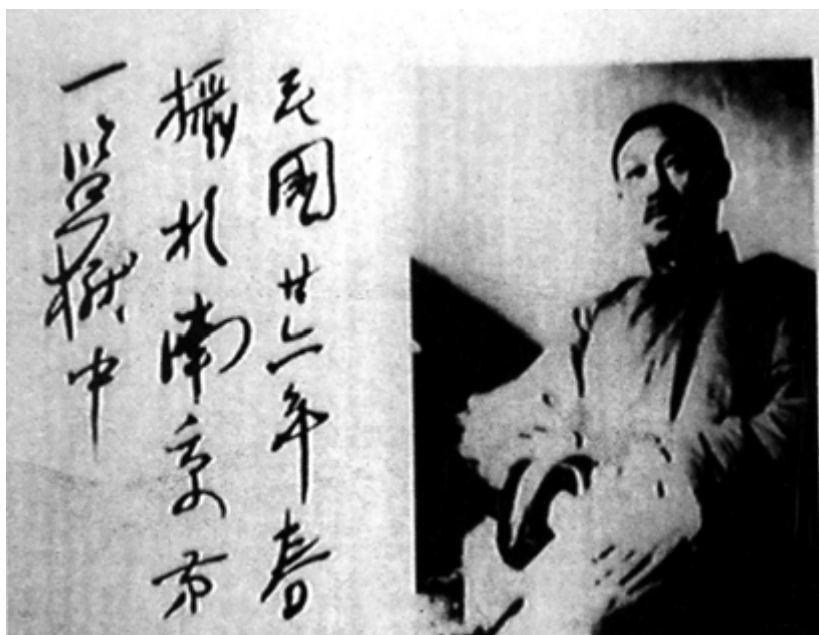
Chen Du Xiu foi secretário-geral do Partido Comunista Chinês (PCC) desde 1921, data da fundação, a 1927.

Tirou as lições da derrota da segunda revolução chinesa, em 1927, causada pela política de Stalin, aderindo às posições de Trotsky e da Oposição de Esquerda internacional.

Participou depois na construção e direcção da secção chinesa da IVª Internacional.

A burocracia não conseguiu apagar o nome de Chen Du Xiu, associado à longa luta do povo chinês pela sua emancipação. O seu retrato pode ver-se hoje nos museus da China..

Aqui, saído da prisão de Nanquim, 23 de Agosto de 1937.



## ● TEORIA

# O que é o social-chauvinismo?

“O socialismo e a guerra” de Lenin, excertos do 1º capítulo:  
“Os princípios do socialismo e a guerra de 1915-1915”



## A atitude dos socialistas para com as guerras

Os socialistas sempre condenaram as guerras entre povos como empresa bárbara, bestial. Contudo, a nossa atitude em relação à guerra é radicalmente diferente da dos pacifistas (defensores e propagandistas da paz) burgueses e da dos anarquistas. Dos primeiros distinguimo-nos por compreendermos a inelutável relação que há entre as guerras e a luta de classes em cada país, por compreendermos que é impossível acabar com a guerra sem abolir as classes e sem instaurar o socialismo; e, ainda, por reconhecermos plenamente a legitimidade, o carácter progressista e a necessidade das guerras civis: das guerras da classe oprimida contra a classe que a oprime, dos escravos contra os proprietários de escravos, dos camponeses servos contra os senhores feudais, dos operários assalariados contra a burguesia. Nós, marxistas, diferimos ainda, tanto dos pacifistas como dos anarquistas, por reconhecermos a necessidade de analisar historicamente cada guerra por si só (à

luz do materialismo dialéctico de Marx). A história conheceu guerras que, por muitos horrores, atrocidades, calamidades e sofrimentos que inevitavelmente importassem, foram progressistas, úteis, pois, ao desenvolvimento da humanidade, ajudando a destruir instituições particularmente nocivas e reaccionárias (fossem a autocracia ou a servidão) e os mais bárbaros despotismos da Europa (o turco e o russo). Interessa, por conseguinte, examinar as particularidades históricas da guerra actual. (...)

## Diferença entre guerra ofensiva e guerra defensiva

(...) Referindo-se, a propósito das guerras *daquela* época, ao carácter legítimo da guerra «defensiva», os socialistas sempre tiveram a mira posta nos objectivos que se referem à revolução contra o regime medieval e a servidão. Os socialistas sempre entenderam por guerra «defensiva» uma guerra «justa» neste sentido (como um dia exactamente assim disse W. Liebknecht). Só neste sentido os socialistas reconheciam e continuam a reconhecer o carácter legítimo, progressista e justo da «defesa da pátria» ou de uma guerra «defensiva». Se, por exemplo, amanhã Marrocos declarasse guerra à França, a Índia à Inglaterra, a Pérsia ou a China à Rússia, etc., essas guerras seriam «justas», «defensivas», *independentemente* de quem as iniciasse, ansiando todos os socialistas pela vitória dos Estados oprimidos, dependentes e lesados nos seus direitos sobre as «grandes» potências opressoras, escravagistas e espoliadoras.

Suponha-se, porém, um pro-

prietário de cem escravos que entra em guerra contra outro, proprietário de duzentos, por uma repartição mais «justa» dos escravos; é evidente que aplicar a tal caso o conceito de guerra «defensiva» ou de «defesa da pátria» seria falsificar a história; seria, na prática, como ver hábeis escravagistas a mistificarem a gente simples, a pequena burguesia, os ignorantes. É assim que a burguesia imperialista hoje engana os povos, servindo-se da ideologia «nacional» e do conceito de defesa da pátria na actual guerra entre escravagistas, em que se luta pelo agravamento e reforço da escravatura.

## A guerra actual é uma guerra imperialista

Quase toda a gente reconhece que a guerra actual é uma guerra imperialista. Porém, a maior parte das vezes distorce-se a noção, ou ela é aplicada unilateralmente, ou então insinua-se que a guerra possa ter um alcance progressista burguês, de libertação nacional. O imperialismo é o estágio superior de desenvolvimento do capitalismo, que este só atingiu no século XX. O capitalismo ficou espartilhado no interior dos velhos Estados nacionais — sem cuja formação ele não teria, porém, conseguido derrubar o regime feudal. O capitalismo desenvolveu a concentração a ponto de indústrias inteiras se verem açambarcadas por grupos empresariais, por associações de capitalistas multimilionários, ficando a quase totalidade do globo repartida entre estes «potentados do capital», seja na forma de colónias, seja emaranhando esses países estrangeiros

em redes de exploração financeira. Substituiu-se a liberdade de comércio e de concorrência pela tendência para o monopólio, para a conquista de terras onde se possa investir capitais, de onde se possa importar matérias-primas, etc. De libertador das nações, que fora na luta contra o regime feudal, o capitalismo imperialista tornou-se no maior opressor das nações. Antigamente factor de progresso, o capitalismo tornou-se reaccionário; desenvolveu as forças produtivas a ponto tal, que a humanidade ou passa ao socialismo ou então tem que suportar, anos e mesmo décadas a fio, a luta armada das «grandes» potências pela manutenção artificial do capitalismo, apoiado em colónias, monopólios, privilégios e opressões nacionais de todo o género.

### **A guerra entre os maiores proprietários de escravos pela manutenção e agravamento da escravatura**

(...)

Não é da conta dos socialistas ajudar um bandido mais jovem e vigoroso (a Alemanha) a piratear bandidos mais velhos e saciados. Os socialistas devem aproveitar a guerra que os bandidos travam entre si para derrubá-los a todos. Para isso, é necessário, antes de mais nada, que os socialistas digam a verdade ao povo, a saber, que esta guerra é, num triplo sentido, uma guerra entre escravagistas pela consolidação da escravatura. É uma guerra que visa, para começar, agravar a escravatura das colónias por meio de uma partilha mais «equitativa» e continuar a exploração de maneira mais «orquestrada»; em seguida, agravar o jugo que pesa sobre as nações estrangeiras dentro das próprias «grandes» potências, porquanto tanto a Áustria como a Rússia (a Rússia em proporções muito maiores e bem piores do que a Áustria) só se aguentam graças a esse jugo, que elas reforçam pela guerra; em terceiro lugar, intensificar e prolongar a escravatura assalariada, pois o proletariado está dividido e oprimido, enquanto os capitalistas ganham em todas as

frentes, enriquecendo com a guerra, exacerbando os preconceitos nacionais e acentuando a reacção, que conhece um recrudescimento em todos os países, mesmo nos países republicanos mais livres.

### **«A guerra é a continuação da política por outros meios» (portanto, pela violência)**

Esta famosa sentença é de Clausewitz, um dos autores mais perspicazes em matéria militar. Os marxistas sempre tomaram, e bem, esta tese para base teórica da interpretação de qualquer guerra. Foi por este ponto de vista que Marx e Engels sempre analisaram as várias guerras.

Aplique-se este ponto de vista à guerra actual. Vê-se que, durante décadas, ao longo de quase meio século, os governos e as classes dirigentes da Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Áustria e Rússia praticaram uma política de pilhagem das colónias, de opressão de nações estrangeiras e de esmagamento do movimento operário. É a esta política e a nenhuma outra que a guerra actual dá continuidade. Em países como a Áustria e a Rússia, a política dos tempos de paz consiste, tal como a de tempos de guerra, em subjugar as nações, não em libertá-las. Em contrapartida, na China, na Pérsia, na Índia e nos outros países dependentes, temos assistido, nas últimas décadas, a uma política em que dezenas e centenas de milhões de homens despertam para a vida nacional, a uma política que visa libertá-los do jugo das «grandes» potências reaccionárias. A guerra neste terreno histórico pode ser, ainda hoje, uma guerra burguesa progressista, uma guerra de libertação nacional.

Basta considerar que o que a guerra actual faz é dar continuidade à política das «grandes» potências e das classes fundamentais que as constituem para perceber imediatamente o carácter manifestamente anti-histórico, mendaz e hipócrita da opinião de que, na guerra actual, seja possível justificar a ideia de «defesa da pátria».

### **O exemplo da Bélgica**

Do que os social-chauvinistas da Tríplice (hoje Quadrúplice) Entente<sup>(1)</sup> (na Rússia: Plekhanov e companhia) mais gostam é de invocar o exemplo da Bélgica. Mas é um exemplo que se vira contra eles. Os imperialistas alemães violaram descaradamente a neutralidade da Bélgica, tal como sempre e em todo o lado fizeram os Estados fautores de guerra, que, em caso de necessidade, espezinhavam *todos* os tratados e compromissos. Suponhamos que todos os Estados com interesse no acatamento dos tratados internacionais declarassem guerra à Alemanha, exigindo-lhe evacuar e indemnizar a Bélgica. Em tal caso, a simpatia dos socialistas iria, evidentemente, para os inimigos da Alemanha. Ora, o caso é precisamente que a guerra travada pela «Triplice (e Quadrúplice) Entente» *não é pela Bélgica*; facto perfeitamente conhecido, que só os hipócritas dissimulam. A Inglaterra pilha as colónias da Alemanha e da Turquia; a Rússia pilha a Galícia e a Turquia; a França reclama a Alsácia-Lorena e até a margem esquerda do Reno; celebrou-se um tratado com a Itália sobre a partilha do espólio (Albânia e Ásia Menor); negociata semelhante está em curso com a Bulgária e a Roménia. No terreno da guerra actual dos governos actuais, é *impossível* ajudar a Bélgica, a não ser ajudando a estrangular a Áustria ou a Turquia, etc.! O que tem isto que ver com «defesa da pátria»? A particularidade da guerra imperialista é precisamente a de ser uma guerra travada por governos burgueses reaccionários que já cumpriram historicamente o seu papel, estando nela em disputa a opressão de outras nações. Quem justifique a participação nesta guerra está a perpetuar a opressão imperialista das nações. Quem preconize que se aproveitem as dificuldades actuais dos governos para lutar pela revolução social está a defender a liberdade real da totalidade das nações, que só é possível em regime socialista.

(...)

## ● TEORIA

### »»» O que é o social-chauvinismo?

O social-chauvinismo é a «defesa da pátria» na guerra actual. Desta posição decorrem, logicamente, a renúncia à luta de classes durante a guerra, a aprovação dos orçamentos militares, etc. Os social-chauvinistas praticam, de facto, uma política anti-proletária, burguesa, pois defendem, na realidade, não a «defesa da pátria» no sentido da luta contra a opressão estrangeira, mas o «direito» de tal ou tal «grande» potência pilhar as colónias e oprimir outros povos. Os social-chauvinistas fazem sua a mistificação do povo pela burguesia de que se faz guerra para defender a liberdade e a existência das nações, assim alinhando do lado da burguesia contra o proletariado. Tanto é social-chauvinista quem justifica e exalta os governos e a burguesia de *um* dos grupos de potências beligerantes como quem, à semelhança de Kautsky, reconhece aos socialistas de *todas* as potências beligerantes idêntico direito a «defender a pátria». O social-chauvinismo, que o que realmente defende são os privilégios, vantagens, pilhagens e violências da «sua própria» burguesia imperialista (ou de qualquer burguesia, em geral), constitui uma traição total e absoluta a todas as convicções socialistas e à resolução do Congresso Socialista Internacional de Basileia.

### O Manifesto de Basileia

O Manifesto sobre a Guerra, aprovado por unanimidade em Basileia em 1912, tinha em mira, precisamente, a guerra que eclodiria em 1914 entre a Inglaterra e a Alemanha, com os seus aliados actuais. O manifesto declara claramente que nenhum interesse do povo pode justificar tal guerra, travada pelo «lucro dos capitalistas ou pelo orgulho das dinastias» e baseada na política das grandes potências, imperialista e de espoliação. O manifesto declara expressamente que a guerra é um perigo «para os governos» (todos, sem excepção), salienta o receio que lhes inspira a «revolução proletária» e recorda a forma mais explícita os

exemplos da Comuna de 1871 e do período de Outubro a Dezembro de 1905, *portanto o exemplo da revolução e da guerra civil*. O Manifesto de Basileia indica, pois, para a guerra actual, a tática da luta revolucionária dos trabalhadores, à escala internacional, contra os seus governos, a tática da revolução proletária. O Manifesto de Basileia reata os termos da resolução de Estugarda, dizendo que, se a guerra eclodir, os socialistas deverão explorar «a crise económica e política» criada pela guerra para «precipitar a queda do domínio capitalista», ou seja, tirar partido das dificuldades causadas aos governos pela guerra, assim como da raiva das massas, para benefício da revolução socialista.

A política dos social-chauvinistas, que justificam a guerra a partir do ponto de vista burguês sobre o movimento de libertação, que admitem a «defesa da pátria», que aprovam os orçamentos, que entram nos governos, etc., é, portanto, uma traição pura e simples ao socialismo, só explicável, como veremos mais adiante, pela vitória do oportunismo e da política operária nacional-liberal na maioria dos partidos europeus.

### Referências enganosas a Marx e Engels

Os social-chauvinistas russos (com Plekhanov à cabeça) invocam a tática de Marx na guerra de 1870; os social-chauvinistas alemães (do género de Lensch, David e companhia) invocam as declarações de Engels, em 1891, sobre a necessidade de os socialistas alemães defenderem a pátria em caso de guerra contra a Rússia e a França reunidas; os social-chauvinistas do tipo de Kautsky, por fim, cheios de vontade de transigir com o chauvinismo internacional e de o legitimar, invocam que Marx e Engels, ainda que condenando as guerras, alinharam sempre, mesmo assim, do lado de tal ou tal Estado beligerante, uma vez o conflito declarado: de 1854-1855 a 1870-1871 e em 1876-1877.

Todas estas referências de-  
formam revoltantemente as con-

cepções de Marx e Engels só para comprazer a burguesia e os oportunistas, tal, aliás, como os escritos dos anarquistas (os Guillaume e companhia) desvirtuam as concepções de Marx e Engels para justificar o anarquismo. A guerra de 1870-1871 foi, do lado da Alemanha, uma guerra historicamente progressista até à derrota de Napoleão III, que, de concerto com o czar, oprimira a Alemanha durante muito tempo, mantendo-a na fragmentação feudal. Logo que a guerra se transformou em pilhagem da França (anexação da Alsácia e da Lorena), Marx e Engels condenaram resolutamente os alemães. Aliás, desde o início dessa guerra, Marx e Engels tinham aprovado a recusa de Bebel e Liebknecht em votarem as verbas para a guerra e recomendado à social-democracia que não fizesse bloco com a burguesia e lutasse, antes, pela salvaguarda dos interesses de classe específicos do proletariado. Aplicar o juízo feito sobre tal guerra progressista burguesa, de libertação nacional, à actual guerra imperialista é estar-se nas tintas para a verdade. O mesmo se diga, de forma ainda mais flagrante, da guerra de 1854-1855 e de todas as guerras travadas no século XIX, quando não existiam nem o imperialismo actual, nem condições objectivas amadurecidas para o socialismo, nem partidos socialistas de massas em todos os países beligerantes, ou seja, numa época em que faltavam precisamente as condições das quais o Manifesto de Basileia deduzia a tática da «revolução proletária» para a guerra entre grandes potências.

Invocar hoje a atitude de Marx para com as guerras da época da burguesia progressista e esquecer as palavras de Marx de que «*os operários não têm pátria*», palavras que se aplicam precisamente à época da burguesia reaccionária já passada de prazo, à época da revolução socialista, é distorcer cinicamente o pensamento de Marx e substituir o ponto de vista socialista pelo ponto de vista burguês.

## A falência da IIª Internacional

Os socialistas de todo o mundo declararam solenemente, em 1912, em Basileia, que consideravam a futura guerra europeia como uma empresa «criminosa» e ultra-reaccionária de todos os governos, que havia de precipitar a queda do capitalismo, provocando inevitavelmente a revolução contra este. A guerra chegou, a crise rebentou. Em vez da tática revolucionária, a maioria dos partidos social-democratas adoptou uma tática reaccionária e alinou-se ao lado dos seus governos e da sua burguesia. Esta traição ao socialismo assinala a falência da IIª Internacional (1889-1914), cumprindo-nos ver claramente o que foi que determinou essa falência, o que foi que engendrou o social-chauvinismo e o que foi que lhe deu o vigor.

### Social-chauvinismo, última palavra do oportunismo

Foi-se travando, ao longo de toda a existência da IIª Internacional, uma luta entre a ala revolucionária e a ala oportunista de todos os partidos social-democratas. Em vários países, houve cisões por causa desta questão (Inglaterra, Itália, Holanda, Bulgária). Nenhum marxista duvidava de que o oportunismo fosse reflexo da política burguesa dentro do movimento operário, expressão dos interesses da pequena burguesia e da aliança de uma ínfima parte de operários aburguesados com a «sua» burguesia contra os interesses da massa dos proletários, da massa dos oprimidos.

As condições objectivas do final do século XIX reforçaram particularmente o oportunismo. Passou-se, assim, do uso da legalidade burguesa ao servilismo para com ela; aquelas condições criaram uma fina camada burocrática e aristocrática da classe operária e atraíram para as fileiras dos partidos social-democratas numerosos «passageiros» pequeno-burgueses.

A guerra acelerou este movimento, transformando o oportunismo em social-chauvinismo e a aliança tácita dos oportunistas com a burguesia numa aliança

aberta.

Além disso, as autoridades militares decretaram a lei marcial em toda a parte e amordaçaram a massa operária, cujos antigos chefes passaram praticamente em bloco para o lado da burguesia.

A base económica do oportunismo é a mesma que a do social-chauvinismo: os interesses de uma fina camada de operários privilegiados e da pequena burguesia, que defendem a sua situação privilegiada, o seu «direito» às migalhas dos lucros obtidos com a pilhagem que a «sua» burguesia nacional faz de outras nações, valendo-se das vantagens inerentes à sua condição de grande potência, etc.

O conteúdo político e ideológico do oportunismo é o mesmo do social-chauvinismo: substituição da luta de classes pela colaboração entre elas, renúncia aos meios revolucionários de luta, apoio ao próprio governo em dificuldades em vez de utilizar essas dificuldades para a revolução. Se considerarmos todos os países europeus em conjunto, sem nos determos em tal ou tal personalidade (seja qual for o seu prestígio), verificaremos que foi precisamente a *corrente* oportunista que se tornou no principal baluarte do social-chauvinismo e que, do campo dos revolucionários, se ergue quase em toda a parte um protesto mais ou menos conseqüente contra essa corrente. E se considerarmos, por exemplo, o agrupamento das tendências no Congresso Internacional Socialista de Estugarda, em 1907, verificaremos que o marxismo internacional era contra o imperialismo, enquanto, já nessa altura, o oportunismo internacional o apoiava.

### Unidade com os oportunistas é aliança dos trabalhadores com a «sua» burguesia nacional e cisão da classe operária revolucionária internacional

Antigamente, antes da guerra, era frequente considerar que o oportunismo era um «desvio», uma «posição extrema», mas sem deixar de lhe reconhecer o direito de fazer parte integrante

do partido social-democrata. A guerra demonstrou que isso deixou de ser possível. O oportunismo «desabrochou» plenamente, levou até às últimas conseqüências o seu papel de emissário da burguesia no movimento operário. A unidade com os oportunistas tornou-se um tecido de hipocrisias, de que vemos um exemplo no partido social-democrata alemão. Em todas as grandes ocasiões (por exemplo, na votação de 4 de Agosto), os oportunistas apresentam o seu ultimato e impõem-no, trazendo a jogo as suas numerosas relações com a burguesia, a sua maioria nas direcções dos sindicatos, etc. A *unidade* com os oportunistas, mais não sendo do que a *cisão* do proletariado revolucionário de todos os países, assinala hoje, de facto, a subordinação da classe operária à «sua» burguesia nacional, a aliança com esta última com vista a oprimir outras nações e a lutar pelos privilégios imperialistas.

Por mais dura que seja, em certos casos, a luta contra os oportunistas que reinam em muitas organizações, qualquer que seja a forma específica que assumam, em certos países, o processo de purificação dos partidos operários, livrando-os dos oportunistas, esse processo é inevitável e fecundo. O socialismo reformista agoniza; o socialismo renascente «*será revolucionário, intransigente, insurreccional*», na tão acertada expressão do socialista francês Paul Golay.

### O «kautskismo»

Kautsky, a maior autoridade da IIª Internacional, oferece um exemplo eminentemente típico e notório de como o reconhecimento verbal do marxismo acabou, na prática, por transformá-lo em «struvismo»<sup>(2)</sup> ou em «brentanismo»<sup>(3)</sup>. Temos outro exemplo em Plekhanov. Recorre-se a manifestos sofismas para esvaziar o marxismo da sua alma viva e revolucionária. *Tudo* no marxismo se admite, *salvo* os meios revolucionários de luta, a propaganda a seu favor e a preparação da sua execução e a educação das massas nesse sentido.

## ● TEORIA



Desprezando todos os princípios, Kautsky «concilia» o pensamento fundamental do social-chauvinismo, a aceitação da defesa da pátria na guerra actual, com concessões diplomáticas e ostensivas à esquerda, tais como a abstenção na votação dos orçamentos, a posição verbal a favor da oposição, etc. Kautsky, que, em 1909, escreveu um livro inteiro sobre a iminência de uma época de revoluções e sobre a relação entre guerra e revolução; Kautsky, que, em 1912, assinou o Manifesto de Basileia sobre o aproveitamento revolucionário da guerra futura, esfarrapa-se hoje a justificar e maquilhar o social-chauvinismo, e, tal como Plekhanov, une-se à burguesia para ridicularizar qualquer ideia de revolução, qualquer iniciativa que vá no sentido de uma luta claramente revolucionária.

A classe operária não pode desempenhar o seu papel revolucionário mundial sem travar uma luta implacável contra essa renegação, essa pusilanimidade, esse servilismo ao oportunismo e esse incrível aviltamento da teoria marxista. O kautskismo não é fruto do acaso, é o produto social das contradições da IIª Internacional, da fidelidade verbal ao marxismo aliada à submissão de facto ao oportunismo. (...)

### **A palavra de ordem dos marxistas é a da social-democracia revolucionária**

A guerra provocou incontestavelmente uma crise extraordinariamente violenta e agravou ao extremo a miséria das massas. O carácter reaccionário desta guerra, a mentirosa desfaçatez da burguesia de *todos* os países, dissimulando as suas intenções de pirataria sob o manto da ideologia «nacional», suscitam necessariamente tendências revolucionárias nas massas, na situação revolucionária que objectivamente existe. O nosso dever é ajudar a que elas tomem consciência dessas tendências, as aprofundem e lhes dêem corpo. A única palavra de ordem que traduz correctamente tal tarefa é a da transformação da guerra imperialista em guerra civil; durante

a guerra, é aí que inevitavelmente desagua *toda e qualquer* luta de classe conseqüente e toda e qualquer tática de «acção de massas» seriamente aplicada. Não há maneira de saber se será da primeira ou de uma segunda guerra imperialista entre grandes potências e se será durante ou após tal guerra que irromperá um poderoso movimento revolucionário. Seja como for, o nosso dever imperioso é trabalhar metódicamente e sem descanso nesse sentido.

O Manifesto de Basileia invoca sem rodeios o exemplo da Comuna de Paris, o exemplo da transformação de uma guerra entre governos em guerra civil. Há meio século, o proletariado era demasiado fraco, as condições objectivas para o socialismo ainda estavam por amadurecer completamente e não podia haver nem correlação nem cooperação entre os movimentos revolucionários de todos os países beligerantes; o entusiasmo de uma parte dos operários parisienses pela «ideologia nacional» (a tradição de 1792) reflectia um defeito pequeno-burguês, que Marx assinalara e foi uma das causas do malogro da Comuna. Meio século mais tarde, as condições que enfraqueceram a revolução desse tempo desapareceram. É, hoje em dia, imperdoável um socialista renunciar a intervir exactamente no espírito da Comuna de Paris.

### **O exemplo da confraternização nas trincheiras**

Os jornais burgueses de todos os países beligerantes têm assinado exemplos de confraternização entre soldados, mesmo nas trincheiras. E os draconianos decretos promulgados pelas autoridades militares (na Alemanha e na Inglaterra) contra a confraternização são sinal da grande importância que os governos e a burguesia lhe atribuem. Se casos de confraternização puderam ocorrer apesar da total rendição ao oportunismo das direcções dos partidos social-democratas da Europa Ocidental e quando o social-chauvinismo é apoiado por toda a imprensa social-de-

mocrata e por todas as autoridades da IIª Internacional, isso mostra-nos como seria possível abreviar a duração da criminoso, reaccionária e esclavagista guerra dos nossos dias e organizar o movimento revolucionário internacional, desde que se realizasse um trabalho sistemático nesse sentido, ainda que apenas por parte dos socialistas de esquerda de todos os países beligerantes.

### **A importância da organização ilegal**

O social-chauvinismo desonrou os mais proeminentes anarquistas do mundo inteiro tanto como desonrou os oportunistas que dele (no espírito de Plekhanov e Kautsky) durante esta guerra deram mostras. Um dos resultados úteis deste conflito será, sem dúvida, matar tanto o oportunismo como o anarquismo.

Sem renunciar, em caso algum e sob pretexto algum, a servir-se da mínima possibilidade legal de organizar as massas e fazer propaganda do socialismo, os partidos social-democratas devem romper com toda e qualquer atitude servil perante a legalidade. «*Disparem vocês primeiro, senhores burgueses!*», escreveu Engels<sup>(4)</sup>, aludindo precisamente à guerra civil e à necessidade de violarmos a legalidade *logo que* a viole a burguesia. A crise mostrou a burguesia a violar a legalidade em todos os países, mesmo nos mais livres, e a impossibilidade de conduzir as massas à revolução sem constituir uma organização clandestina para preconizar, discutir, avaliar e preparar os meios de luta revolucionários. Na Alemanha, por exemplo, tudo o que os socialistas fazem de honesto fazem-no contra o oportunismo vil e o «kautskismo» hipócrita, e fazem-no, exactamente, na ilegalidade. Na Inglaterra, a impressão de apelos à recusa do serviço militar é punível a trabalhos forçados.

Considerar compatível com a filiação no partido social-democrata o repúdio de métodos clandestinos de propaganda e o ridicularizá-los na imprensa legal é trair o socialismo.

### Da derrota do «nosso próprio» governo na guerra imperialista

Tanto os defensores da vitória do seu próprio governo na actual guerra como os defensores da palavra de ordem «nem vitória nem derrota» estão, uns e outros, a adoptar o ponto de vista do social-chauvinismo. Numa guerra reaccionária, a classe revolucionária não pode deixar de desejar a derrota do seu governo, nem pode deixar de ver a ligação entre os respectivos fracassos militares e a facilitação do seu derrube que daí resulta. Só o burguês que acha que a guerra feita pelos governos acabará necessariamente como guerra entre governos e isso mesmo deseja considera «ridícula» ou «absurda» a ideia de que os socialistas de todos os países beligerantes devam sustentar a derrota de todos os governos, dos «seus» governos. Em contrapartida, tal posição corresponderia exactamente à ideia secreta de todo o trabalhador consciente e enquadrar-se-ia na nossa actividade pela transformação da guerra imperialista em guerra civil.

Ninguém duvida de que o importante trabalho de agitação contra a guerra realizado por uma parte dos socialistas ingleses, alemães e russos «enfraqueceu o potencial militar» dos seus respectivos governos; tal agitação honrou, não obstante, os socialistas. Estes devem explicar às massas que não há para elas salvação a não ser no derrube revolucionário dos respectivos governos e que as dificuldades enfrentadas por esses governos na actual guerra devem ser exploradas exactamente para esse fim.

### Do pacifismo e da palavra de ordem de paz

O estado de espírito das mas-

sas a favor da paz costuma reflectir o início de um protesto, de uma revolta e da consciencialização do carácter reaccionário da guerra. Tirar partido desse estado de espírito é dever de todos os social-democratas. Eles não-de participar muito activamente em todos os movimentos e em todas as manifestações nesse terreno, mas sem enganar o povo, sem o deixar acreditar que, sem movimento revolucionário, seja possível alcançar uma paz sem anexações, sem opressão das nações, sem pilhagem, sem que o germe de novas guerras entre os governos actuais e as classes actualmente dominantes subsista. Enganar por tal modo o povo apenas levaria água ao moinho da diplomacia secreta dos governos fautores de guerra e dos seus planos contra-revolucionários. Quem almeje uma paz sólida e democrática deve ser partidário da guerra civil contra os governos e a burguesia.

### Do direito das nações a disporem de si mesmas

A mistificação do povo que a burguesia mais amplamente pratica nesta guerra é a de camuflar os seus objectivos de pirataria atrás da ideia da «libertação nacional». Os ingleses prometem a liberdade à Bélgica; os alemães, à Polónia, etc. Na realidade, como vimos, a guerra é entre os opressores da maioria das nações do mundo e visa consolidar e alargar essa opressão.

Os socialistas não podem alcançar os seus fins se não lutarem contra toda e qualquer forma de subjugação das nações. Devem, assim, exigir categoricamente que os partidos social-democratas dos países *opressores* (nomeadamente das «grandes» potências) reconheçam e defendam o direito das nações

*oprimidas* à autodeterminação, e isto no sentido político da palavra, ou seja, que reconheçam o direito à separação política. Um socialista dum potência imperialista ou dum nação possuidora de colónias que não defenda esse direito é um chauvinista.

A defesa desse direito, longe de encorajar a formação de pequenos Estados, conduz, pelo contrário, à mais livre, mais segura e, conseqüentemente, mais ampla e generalizada formação de grandes Estados e federações de Estados, mais vantajosos para as massas e mais em consonância com o desenvolvimento económico. (...)

A época do imperialismo é a da opressão crescente das nações de todo o mundo por um punhado de «grandes» potências; a luta pela revolução socialista internacional contra o imperialismo é, pois, impossível se não se reconhecer o direito das nações a disporem de si mesmas. «Um povo que oprime outros povos não pode ser livre» (Marx e Engels). Não pode ser socialista um proletariado que se alie à mais pequena violência exercida pela «sua» nação contra outras nações. ●

(1) Aliança militar entre a França, a Grã-Bretanha e o Império Russo, a que a Itália aderiu em 1915.

(2) P. Struve: economista russo, defensor do «marxismo legal», portanto da ideia de aceitar do marxismo o que seja aceitável para a burguesia, rejeitando o seu carácter revolucionário proletário.

(3) L. Brentano: economista burguês, defensor do «socialismo de Estado» e autor de teorias que visavam provar ser possível alcançar a igualdade social no âmbito do capitalismo.

(4) In *O Socialismo na Alemanha*.

## ● ANÁLISE

## Estados Unidos

# Guerra, crise política nas cúpulas e mobilização dos trabalhadores e da juventude

Nelly Mary

*“Dois meses após o início da guerra no Irão, o presidente Trump confronta-se com a complexa realidade dum conflito que se mostra dispendioso, profundamente impopular e de desfecho incerto. (...) As previsões de Trump, que contava com um conflito relativamente breve e com consequências económicas mínimas, parecem dissolver-se à sua frente”*

(New York Times, 3 de Maio).

**A** GUERRA NO IRÃO, começada no dia 28 de Fevereiro, não parou, desde esse mesmo dia, de agravar a crise política com que a administração Trump se confronta praticamente desde a posse. Contrariando as expectativas de Trump, que gostaria de ter conseguido desviar a atenção dos maus resultados da sua política económica e da sua implicação no caso Epstein, a guerra nunca contou, desde que começou, com grande apoio na população. Logo no primeiro dia dos bombardeamentos, houve manifestações em setenta cidades de todo o país, reunindo milhares de participantes, que entoavam «Não queremos outra guerra americana no Médio Oriente!», «Deixem o



1º de Maio em Nova Iorque

Irão em paz!». Os principais meios de comunicação burgueses apressaram-se a publicar sondagens a mostrar que a guerra não era apoiada pela maioria da população e a alertar para as potencialmente desastrosas consequências económicas. É designadamente entre o eleitorado de Trump que a guerra não agrada. Muitos dos seus eleitores de 2024 votaram nele porque ele prometera deixar de gastar dinheiro em guerras e assuntos estrangeiros, pôr fim à inflação galopante e restaurar o poder de compra da população. Os bombardeamentos no Irão vieram tanto mais contradizer tais promessas, quanto os Estados Unidos enfrentam já inflação e desemprego crescentes. A guerra comercial por causa das pau-

tas aduaneiras, os despedimentos em massa em vários sectores industriais e nos serviços públicos, e os ataques ao sistema de saúde<sup>(1)</sup> mergulharam muitos trabalhadores e famílias numa situação extremamente precária. À generalizada rejeição da guerra não são alheias as dificuldades cada vez maiores do exército em recrutar (fazendo com que a administração tenha que ponderar o regresso eventual ao serviço militar obrigatório e a reajustar as condições e regras de alistamento no exército).

## A «viragem» de Minneapolis

A apenas um mês do início da guerra, a revolta dos trabalhadores e seus sindicatos em Minneapolis contra o ICE infligira a Trump a primeira derrota

do seu mandato, obrigando-o a retirar da cidade as suas tropas anti-imigrantes (veja-se o nº 41 d'A *Internacional*). Minneapolis veio a ser um ponto de viragem porque os sindicatos americanos se dispuseram, pela primeira vez desde o regresso de Trump à Casa Branca, a ocupar o seu lugar ao centro da mobilização para defender a democracia. Fizeram o que tinham a fazer na organização da resistência contra o ICE e na defesa dos trabalhadores imigrantes. O revés de Trump enviou um sinal da maior amplitude a toda a classe capitalista americana, o de que a maior ameaça que ela defronta é o movimento operário organizado. Não quer isto dizer que o movimento operário organizado estivesse a dormir até à «viragem de Minneapolis»: basta olhar para os significativos movimentos de greve, que ainda hoje prosseguem.

Quando a guerra começou, várias organizações sindicais voltaram a assumir as suas responsabilidades, produzindo declarações contra a guerra no Irão, relacionando-a amiúde com as suas reivindicações e com os ataques contra os trabalhadores nos Estados Unidos. «O ataque da administração Trump ao Irão é uma catástrofe para os trabalhadores de todo o mundo. Os ataques dos Estados Unidos e de Israel já mataram civis em todo o país, incluindo mais de oitenta crianças numa escola primária para meninas em Minab. Os trabalhadores dos Estados Unidos não querem outra guerra ilegal de mudança de regime; o exército americano não tem nada que decidir como o Irão é governado (...)», afirmaram, logo no dia 28 de Fevereiro, três secções californianas do sindicato *United Auto Workers* (UAW).

A 28 de Março, correu a terceira edição das manifestações «No Kings»<sup>(2)</sup> por todo o território dos Estados Unidos. No entanto, muito mais do que nas anteriores, os sindicatos tiveram lugar de destaque na mobilização. Muitos foram os que apoiaram os apelos à jornada de luta e marcaram presença com cortejos organizados que eram portadores



Minneapolis, 28 de Março

das suas reivindicações. Outra evolução significativa das manifestações de 28 de Março: os oito milhões de manifestantes que saíram à rua nesse dia fizeram sua a palavra de ordem «Trump, rua, já!» Se bem que a aspiração de milhões de pôr Trump na rua colidisse com o quadro fixado às manifestações pelo Partido Democrático, nisso apoiado pelas direcções do movimento sindical americano, nem por isso é menos significativo que os participantes se unissem por essa palavra de ordem, que põe a questão do poder e do governo, não a relegando para o terreno eleitoral («Trump, rua, já!» significa: sem esperar por ele ser derrotado em eleições).

Às manifestações de 28 de Março seguiram-se as do 1º de Maio, ainda mais massivas. Merecem destaque vários aspectos deste dia de mobilização. Tradicionalmente, nos Estados Unidos o 1º de Maio não tem o mesmo significado que no resto do mundo (o *Labor Day* americano celebra-se na primeira segunda-feira de Setembro). Não é, portanto, despiendo que, dando continuidade ao crescendo da mobilização contra Trump e a sua política, os sindicatos ten-



Novo Iorque, 28 de Março

ham decidido pegar neste dia. O 1º de Maio calhou a um dia útil, mas isso não impediu uma participação ainda mais significativa do que a de 28 de Março (um Sábado), sabendo, ainda por cima, que os trabalhadores não têm direito à greve fora dos períodos de negociação definidos nos contratos colectivos.

### Turbulências entre os republicanos

A viragem de Minneapolis tem, evidentemente, repercussões na crise «nas cúpulas», nomeadamente no partido de Trump. Todos os membros republicanos do Congresso (as duas câmaras do Parlamento) têm os olhos postos numa data: a das eleições intercalares do próximo mês de

## ● ANÁLISE

»»»



Washington, 28 de Março

Novembro. As eleições «intercalares» (que elegem metade dos membros do Senado e da Câmara dos Representantes) sempre foram um teste para o partido no poder, pois servem de indicador do nível de rejeição da política levada a cabo pela administração. As de 2026 não vão ser excepção. «*Amplios segmentos do eleitorado de Trump desaprovam a sua acção*», referiu a emissora televisiva burguesa CNN no passado dia 14 de Abril. Quanto mais se aproximam as eleições, mais vozes dissidentes se fazem ouvir na parte de Trump. Muitos membros do Congresso receiam agora que o serem associados à actual administração prejudique a sua reeleição.

Nos últimos meses, não faltaram exemplos que ilustram a crise e as tensões no Partido Republicano. Primeiro foram os despedimentos de membros do governo, Kristi Noem e Pam Bondi, por causa da maneira como geriram a situação em Minneapolis e o caso Epstein... Depois foi o apelo lançado tanto pelos democratas como por republicanos ao vice-presidente JD

Vance para que invocasse a 25.ª emenda para afastar Trump do poder<sup>(3)</sup>. Algumas figuras centrais do movimento MAGA («*Make America Great Again*») de Trump tornaram-se opositores declarados do presidente. Uma, Candace Owens, escreveu no Twitter sobre Trump, no dia 7 de Abril: «*Invoque-se a 25.ª emenda. É um louco genocida. O nosso Congresso e o nosso exército têm de intervir. Já ultrapassámos o estádio da loucura.*» Acrescentando, a 9 de Abril: «*É capaz de ser altura de meter o vovô num lar de idosos.*» A imprensa revelava, enquanto isso, que o vice-presidente JD Vance (que tem procurado repetidamente apresentar-se a

diversos sectores da burguesia como alternativa a Trump) tentara até ao último momento convencer Trump a não lançar a guerra contra o Irão: «*Vance construiu a sua carreira política exactamente em oposição ao género de aventureirismo militar que se estava agora a contemplar seriamente. Descrevera uma guerra com o Irão como "enorme distracção de recursos" e algo de "extremamente dispendioso"*» (New York Times de 7 de Abril).

### Trump e as instituições

Conseguirá Trump, para impor a sua política, subtrair-se a todas as regras e instituições? O presidente tem-se confrontado ultimamente com as instituições da burguesia americana, que assentam, em princípio, em certos equilíbrios e travões entre a administração, o Congresso e o sistema judicial.

A 20 de Fevereiro, o Supremo Tribunal dos EUA tomou a decisão de suspender a maioria dos direitos aduaneiros que Trump instaurara desde o início do seu mandato. Trump adquiriu o hábito

de passar por cima do Congresso, impondo as suas decisões por decreto, assim na questão das pautas aduaneiras. Mas os juizes do Supremo Tribunal recordaram-lhe que as instituições americanas continuam a defender o equilíbrio entre os poderes executivo, legislativo e judicial. «*Esta decisão representa uma séria derrota para Trump e constitui um exemplo relativamente raro de o Tribunal pôr limites à obra do seu segundo mandato, de alargamento do poder presidencial. Trump apresentou repetidamente as pautas aduaneiras como essenciais para o seu programa, afectando esta derrota ante o Tribunal não só o comércio, mas toda a sua lógica económica e de política externa. (...) O Supremo Tribunal demonstrou a sua independência. (...) Os direitos aduaneiros de Trump podem ter sido pouco eficazes para revitalizar a indústria transformadora americana ou reduzir o défice comercial, mas conseguiram, pelo menos, gerar uma nova fonte de receitas para o go-*



verno federal fortemente endividado. E o futuro desta fonte de financiamento é agora incerto» (New York Times, 20 de Fevereiro).

De notar também as tentativas de Trump de travar a guerra contra o Irão esquivando o Congresso. Segundo a lei, os presidentes americanos dispõem de sessenta dias para conduzir uma acção militar sem autorização prévia do Congresso. Ora, a guerra começada a 28 de Fevereiro eterniza-se. A 1 de Maio, altura em que Trump devia ter recorrido ao Congresso para poder continuar a guerra, «a Casa Branca afirmou, em declaração à CNN, na sexta-feira, que a guerra contra o Irão tinha terminado, com o cessar-fogo entre os países, argumento que permitiria à administração evitar pedir a aprovação do Congresso» (CNN, 1 de Maio). A Casa Branca está, no fundo, a tentar ganhar tempo, pois sabe que conseguir que todos os representantes eleitos aprovem a guerra não será tarefa fácil. Há republicanos e democratas que, dada a rejeição que a guerra

evoca, hesitariam em seguir Trump na sua aventura militar. A 29 de Abril, o ministro da Guerra, Pete Hegseth, fustigou, em audiência no Congresso, «as palavras irresponsáveis, frouxas e derrotistas dos democratas do Congresso e de alguns republicanos, que, de facto, são o nosso pior adversário». Declaração que, só por si, bem ilustra a crise interna das altas esferas da burguesia americana...

### A questão negra

Não foi por pôr um travão à política de Trump em matéria de pautas aduaneiras que o Supremo Tribunal deixou de ser uma instituição ao serviço da burguesia americana. Uma prova: o acórdão de 29 de Abril de 2026 sobre a redefinição dos círculos eleitorais dos Estados do Sul. A decisão permite a vários estados do Sul redefinirem as fronteiras dos círculos eleitorais de molde a favorecer a eleição de representantes republicanos ao Congresso – uma disputa crucial para as eleições intercalares de Novembro e para a administração Trump. O

acórdão vai, contudo, bem mais longe do que meras questões eleitorais. O que o Supremo Tribunal realmente impugna é o Voting Rights Act de 1965, lei conquistada pela mobilização dos negros e pelo movimento americano dos direitos civis. Após décadas de segregação decorrente das leis racistas ditas Jim Crow, nos estados do Sul, a lei de 1965 garantia o acesso ao direito de voto para os negros americanos. Mas como não bastava o direito de voto para garantir que os negros que viviam nesses estados tivessem representação política, um capítulo específico do Voting Rights Act instituiu as «circunscrições de maioria de minorias». Tais círculos eleitorais recortavam cidades e bairros maioritariamente habitados por populações negras. E é exactamente esse tipo de «circunscrições de maioria de minorias» que a decisão do Supremo Tribunal vem impugnar. Como refere o Ujima People's Progress Party, um partido operário negro americano do estado de Maryland, a decisão do Supremo Tribunal assinala um recuo ao tempo das leis segregacionistas. «Enfraquece ainda mais a já frágil representação política da população negra. É a maneira, para a classe dominante, de consolidar um poder que — disso tem dolorosa consciência — lhe está a escapar. Nós condenamos esta decisão, que se enquadra na ofensiva histórica contra os trabalhadores negros. Limitar a influência política da classe trabalhadora negra sempre foi um elemento-chave para minar os direitos de todos os trabalhadores». O estado do Tennessee já adoptou um novo sistema de delimitação das suas circunscrições eleitorais, regressando ao modelo anterior a 1965. A decisão suscitou reacções veementes da parte de activistas negros americanos, não só no estado de Tennessee, mas também no Alabama.

### E os democratas, nisto tudo?

Aproveitando a crise política actual, os democratas vêm nas próximas eleições intercalares a possibilidade de se recompor. Podem, para o efeito, contar com

&gt;&gt;&gt;



Marcha contra a decisão do Supremo Tribunal em Memphis (Tennessee), 5 de Maio

## ● ANÁLISE

» as direcções da AFL-CIO e dos DSA (*Democratic Socialists of America*, a chamada «ala esquerda» do Partido Democrático), que têm sido fundamentais na contenção do movimento de resistência anti-Trump, canalizando-o exclusivamente para as eleições. No dia 28 de Março, enquanto oito milhões de pessoas saíam à rua em todo o país para exigir a demissão imediata de Trump e o fim da guerra, a presidente da Federação Americana de Professores, Randi Weingarten, tomou a palavra no comício de Minneapolis, apresentada por Liz Shuler (dirigente da AFL-CIO): «*Cansados de mentiras? Zangados com o preço da gasolina? Quereis ter voz? Então, reis hoje e liberdade amanhã, não! Reis hoje, não. Mudar o país amanhã. Reis hoje, não. Votar, em Novembro*». Ou seja: votar nos democratas. Como se não houvesse mais nada a fazer senão esperar pelas eleições intercalares e ter esperança nos democratas, que não são mais do que um espelho dos republicanos. Seguiu-se Bernie Sanders, figura importante da «ala esquerda» do Partido Democrático, que, sobre a guerra contra o Irão, declarou que «*numa altura em que o povo americano está politicamente dividido, há uma questão que nos une. Conservadores, moderados e progressistas dizem a uma só voz: "Acabemos com esta guerra!" Na qualidade de senador dos Estados Unidos, quero simplesmente dizer-vos o que pretendo fazer a este respeito. Em primeiro lugar, temos de garantir que o Congresso não mande mais 200 mil milhões de dólares para financiar esta guerra*». Então a solução para pôr fim à guerra é a unidade dos republicanos, dos democratas e dos «democratas de esquerda» no Congresso americano?!... Sanders «esquece-se» de mencionar, de passagem, que foram precisamente os seus colegas do Partido Democrático que, dois meses antes, aprovaram a lei de Trump que afectou mais de 828 mil milhões de dólares ao orçamento militar!

### **Nova Iorque, laboratório do «socialismo» à moda dos DSA**

Os primeiros meses de 2026 não ficaram só assinalados pela intensificação da crise política na administração Trump. Foi também durante esse período que Zohran Mamdani, membro dos DSA, tomou posse como novo presidente da câmara eleito de Nova Iorque.

Depressa as promessas do candidato «socialista» esbarbaram na recusa do presidente da câmara «socialista» em pôr em causa a propriedade privada dos meios de produção. A sua palavra de ordem de campanha de «congelamento das rendas» valera-lhe a popularidade. Ora, no início de Fevereiro, Mamdani anunciou que iria interromper a extensão do programa City-FHEPS. Quarenta e sete mil novos agregados familiares estavam para beneficiar deste programa de apoio ao pagamento de rendas (cada inquilino que beneficia do programa contribui com 30% do seu salário para pagar uma parte da renda, sendo o restante coberto pela autarquia), mas achou-se o sistema demasiado dispendioso. «*É lamentável ver o presidente da câmara Mamdani voltar atrás na sua promessa de alargar o programa CityFHEPS, que permitiria a mais nova-iorquinos de baixos rendimentos sair dos centros de acolhimento e encontrar habitação permanente*», afirmou um responsável da Aliança dos Sem-Abrigo. «*Esta reviravolta é o exemplo até agora mais flagrante do fosso entre a ideologia da sua campanha democrata socialista e as duras realidades da gestão de uma burocracia tentacular e dispendiosa*» (*New York Times* de 12 de Fevereiro).

Em meados de Fevereiro, Mamdani anunciou as linhas gerais do seu orçamento de base, avaliado em 127 mil milhões de dólares de despesa pública. Vinculando-se ele, porém, a acatar o quadro fixado pelas instituições (um orçamento em que as despesas e as receitas se equilibrem, ficando dentro dos limites fixados pelo Estado), Mamdani tinha de arranjar mais 5.400 milhões

de dólares. O presidente da câmara começou por se dirigir a Kathy Hochul, governadora do Estado de Nova Iorque, pedindo-lhe que aumentasse o imposto sobre o rendimento das maiores fortunas e das grandes empresas. Ela recusou. Mamdani recusou-se a contestar a recusa (ao que certamente não é alheio ele ter apoiado publicamente a candidatura à reeleição de Hochul em Novembro). O presidente da câmara de Nova Iorque sugeriu então aumentar o imposto predial; mas acabou por recuar, vista a impopularidade da medida... até que acabou por optar por cortar nos serviços públicos. Anunciou, designadamente, no final de Fevereiro, um corte de 30 milhões de dólares nos orçamentos das bibliotecas. Em Agosto passado, quando o seu antecessor, Eric Adams, anunciara cortes semelhantes, Mamdani denunciou imediatamente a medida: «*Como presidente da câmara, vou pôr fim a esta farsa orçamental que mantém as nossas queridas bibliotecas na incerteza, ano após ano*». Já em 2023 ele dizia, sobre os cortes: «*O presidente da câmara Adams afirma aos nova-iorquinos que estes cruéis cortes orçamentais nas bibliotecas, na manutenção das ruas e parques são medidas orçamentais necessárias*». Ora, três anos depois, é a lógica de Adams que a sua porta-voz vem defender: «*As bibliotecas são as jóias da nossa cidade (...), mas a crise orçamental que herdamos obriga-nos a adoptar uma perspectiva governamental e usar todas as ferramentas à nossa disposição para cumprir a obrigação legal de equilibrar o orçamento, nomeadamente fazendo ganhos de eficiência e reduzindo o desperdício*».

Uma vez eleito, Mamdani assegura a continuidade do Estado na esteira dos seus antecessores. A política implementada por Mamdani já suscita interrogações e desilusão entre os trabalhadores e os jovens que tinham depositado as suas esperanças num candidato que lhes parecia defender uma ruptura com as políticas prosseguidas pelos



Greve das enfermeiras de Massachussetts (Maio de 2026)

antecessores, tanto democratas como republicanos. Mas o representante dos DSA bem se livra de dar qualquer passo nesse sentido. Na realidade, o que Mamdani preconiza, em entrevista ao *Político*, é exactamente o contrário da ruptura: «Por que se dá tão bem com Donald Trump? – O presidente e eu temos muitas divergências, em público e em privado. Mas numa coisa estamos de acordo: no nosso amor por Nova Iorque. Esse amor permite-nos ter uma relação produtiva e permite que a cidade saiba que não fica simplesmente sujeita a ameaças, mas que, pelo contrário, como disse o presidente, quanto melhor esta cidade estiver, mais feliz ele fica. – Produtiva, mesmo sendo ele um «fascista»? – Sim». Acrescentando Mamdani que «uma coisa que eu disse ao presidente no nosso primeiro encontro, foi a minha admiração por Fiorello La Guardia [antigo presidente da câmara de Nova Iorque, republicano] e Franklin D. Roosevelt [antigo presidente democrata], como o que La Guardia conseguiu fazer se ficou a dever às suas relações com o governo federal e como, para poder fazer face à grandeza da crise com que se debatia, a cidade tinha absolutamente de se associar ao governo federal». Declaração de algum modo evocativa das supracitadas palavras de Sanders em Minneapolis no dia 28 de Março...

### Que saída política?

A resposta aos milhões de manifestantes que saíram à rua nos dias 28 de Março e 1 de Maio não pode ser que eles se sujeitem ao Partido Democrático. Em edição especial impressa por ocasião do 1º de Maio, *The Organizer*, jornal do *Socialist Organizer*, secção americana da IVª Internacional, observa que «os trabalhadores, enquanto tentam fazer pesar o imenso poder de uma greve geral contra a classe capitalista, não podem ficar politicamente ligados ao Partido Democrático – um partido capitalista. Um movimento que se mobilize num dia para fazer greve contra o ICE para, no dia seguinte, ir apoiar políticos democratas que votam a favor do financiamento do ICE vai de encontro aos seus próprios objetivos. Os trabalhadores, os jovens e o movimento sindical têm, pois, de romper com os dois partidos do capital. O Minnesota mostra o caminho que a classe trabalhadora tem a seguir e demonstra que ele é possível. É a prova de que os trabalhadores não estão apáticos, que os sindicatos – especialmente os sindicalistas de base – são capazes de agir e que a acção de massas pode abalar o capitalismo, mesmo num clima de medo, repressão e ameaças de morte. Para isso, os trabalhadores têm de se organizar independentemente dos partidos capitalistas; os sindicalistas têm de criar comités de greve de

base, coordenar-se entre sindicatos e sectores, preparar-se para um confronto de longa duração, em vez de manifestações simbólicas, e pressionar os seus sindicatos a romperem politicamente com o Partido Democrático e formarem o nosso próprio partido político: um Partido Trabalhista implantado nos sindicatos e nos sectores oprimidos e nas organizações destes. Só poderemos vencer esta batalha com um movimento político independente da classe trabalhadora.

Neste 1º de Maio, não temos quaisquer ilusões nas eleições intercalares, ao contrário do que os políticos do Partido Democrático nos gostavam de fazer crer. (...) Afirmamos que só um movimento operário independente pode derrotar as forças fascistas e pôr fim à marcha para a guerra global. Governos, teme a revolta do povo. Abaixo a guerra, abaixo a exploração!»<sup>(4)</sup>. ●

(1) O Medicaid e o Medicare são programas financiados pelo governo federal que garantem cobertura médica a pessoas de baixos rendimentos e idosos. Cerca de dois de cada cinco americanos são seus beneficiários. A «*One Big Beautiful Law*» («Grande, bela lei») de Trump de finais de 2025 amputou o orçamento destes programas de quase 800 mil milhões de dólares nos próximos dez anos. O que acabará por tirar a cobertura médica a perto de 8 milhões de beneficiários!

(2) Os «*No Kings protests*» são uma série de manifestações que decorreram nos dias 14 de Junho e 18 de Outubro de 2025 e, mais tarde, 28 de Março de 2026, convocadas, nomeadamente, por diversas organizações e associações de defesa dos direitos humanos e da democracia, mas também por organizações sindicais.

(3) A 25.ª emenda permite ao vice-presidente, com o acordo da maioria do gabinete do presidente, declarar este último incapaz de exercer funções e assumir ele próprio a presidência interinamente.

(4) É impossível não reparar que não é esta a perspectiva oferecida pelo centro revisionista. No nº 909 do semanário *Informations ouvrières*, datado de 13 de Maio de 2026, o POI convoca uma conferência com o tema «O movimento negro americano contra o imperialismo». Anunciam-se três temas de discussão, sem nunca se evocar a questão do *Labor Party*, nem de um partido operário negro independente... mas anunciando-se desde já uma responsável dos DSA como coanimadora dos debates!

## ● CORRESPONDÊNCIAS

### Azânia / África do Sul

Ashraf Jooma

A direcção do Partido Comunista da África do Sul (SACP) convocou, de 29 a 31 de Maio, uma “Conferência da Esquerda”, para a qual convidou uma série de organizações. Por trás da iniciativa parece estar a vontade dum parte da direcção do SACP de juntar essas forças à sua volta na perspectiva das eleições autárquicas de Novembro de 2026, às quais o SACP apresentaria listas distintas das do partido que está no poder desde 1994, o Congresso Nacional Africano (ANC). Acontece que os principais dirigentes do SACP são também membros do governo de união nacional (GNU) que passou a juntar ao ANC o partido da minoria branca, a *Democratic Alliance*, e outras formações. Recorde-se que o SACP é membro do governo do ANC (com o apoio da central sindical COSATU) desde os acordos de Kempton Park de 1994. Os dirigentes do ANC e do SACP negociaram juntos com os representantes do regime racista de apartheid o fim das leis racistas, em troca da preservação dos interesses da minoria capitalista branca. Esta continua a possuir 70% das

terras, enquanto as multinacionais reinam no sector mineiro. Os dirigentes do SACP estiveram, aliás, na primeira linha da repressão sangrenta dos mineiros de platina em greve, trinta e cinco dos quais foram massacrados pela polícia no dia 16 de Agosto de 2012, em Marikana. No governo actual, quem preside ao ministério da Energia e dos Recursos Mineiros é, no mais, um dirigente do SACP, Gwede Mantash. Portanto, a direcção do SACP ocupa, por um lado, postos-chave num governo subordinado às multinacionais e à minoria branca, enquanto, por outro, organiza uma “cimeira da esquerda”. Como analisam esta aparente contradição os militantes da secção azaniana\* da IV<sup>a</sup> Internacional (ASFI)? E como se hão-de orientar os militantes revolucionários? Para responder a estas perguntas, publicamos no presente número d’*A Internacional* um extracto da contribuição redigida pelos camaradas.

\*Azânia é o nome que o movimento de libertação do povo negro dá à África do Sul.

Como militantes trotskistas, e referindo-nos aos ensinamentos das nossas melhores tradições, deveríamos participar na conferência. Não para apoiar o processo que a direcção do Partido Comunista da África do Sul (SACP) propõe, mas para lutar pela perspectiva de um verdadeiro partido dos trabalhadores, implantado no movimento operário organizado. Deveríamos aproveitar a conferência para propor que as federações sindicais e sindicatos independentes assumissem a direcção operacional de uma frente única. Insistir num programa de classe mínimo, excluindo explicitamente alianças de qualquer espécie com a burguesia e o quadro residual da “NDR” (a “revolução democrática nacional”, nome da política prosseguida, desde 1994, pelas direcções do ANC e do SACP para justificar a sua subordinação à burguesia — NdR). Manter independência organizativa total e impedir a absorção dos quadros revolucionários pelos aparelhos do SACP e dos EFF (Economic Freedom Fighters, partido fundado pelo antigo dirigente do ANC Julius Malema, com um programa de redistribuição das terras e de nacionalização das minas — NdR). Estarmos prontos a romper pública e claramente se a conferência mostrar que serve interesses partidários, mais do que a emancipação da classe operária. A resposta à questão de saber se se há-de apoiar a “Conferência da Esquerda” é, pois, a seguinte: há que apoiar, lá, a constituição de um partido operário amplo, opondo-nos ao que o SACP dele quer fazer; lutar por que o movimento operário organizado seja o seu fundamento organizado, não um

## CORRESPONDÊNCIAS ●



Militantes da IVª Internacional numa manifestação em Joanesburgo em 2024

parceiro subalterno; e mantendo sempre a firmeza política.

A Azânia / África do Sul carece de uma organização política operária de massas, independente de influências burguesas, implantada nos sindicatos e na auto-organização das massas pobres, em cujo quadro os revolucionários socialistas obrem abertamente pela totalidade do seu programa, sem deixarem de se unir a outras correntes operárias por um programa mínimo de independência de classe.

Membros que somos do CORQI, a nossa relação com a Conferência da Esquerda iniciada pelo SACP não depende unicamente da oportunidade táctica da proposta, mas também do que o SACP representa — em termos de classe, de história e de ideologia fundacional — e das implicações que daí hoje advêm para a política operária na Azânia/África do Sul.

Esta análise produz a seguinte conclusão: um trotskista não deve nem apoiar simplesmente, nem boicotar simplesmente a Conferência da Esquerda. Um trotskista aplicará a política de frente única, nos termos em que Trotsky a desenvolveu: participar na conferência, mas mantendo plena independência política, apresentar à direcção do SACP exigências que deitem luz sobre

os seus limites reformistas e aproveitar todas as ocasiões para defender as posições políticas que o estalinismo, na sua versão azaniana/sul-africana, reprimiu durante um século.

### O que é o SACP: estalinismo, não comunismo

A primeira coisa que um militante trotskista há-de apurar claramente, sem concessões diplomáticas, é o que o SACP realmente representa como formação política. No sentido marxista do termo, ele não é um partido comunista. É um partido estalinista — distinção a entender não como insulto sectário, mas como caracterização teórica exacta, que tem consequências políticas consideráveis.

O estalinismo opôs-se ferozmente à teoria da revolução permanente que Trotsky elaborou após a revolução de 1905. Esta teoria marxista vincava a independência política da classe operária face à burguesia, numa luta que visava conquistar a direcção das massas camponesas com base num programa socialista e internacionalista.

O Partido Comunista da África do Sul foi fundado com base na rejeição explícita deste programa. Sob a pressão da degenerescência burocrática da União Soviética e da liquidação física

da totalidade dos seus quadros dirigentes, a Internacional Comunista impôs aos partidos comunistas dos países oprimidos e coloniais a teoria da “revolução por etapas”, uma rejeição explícita da perspectiva em que a revolução de Outubro de 1917 assentou.

Esta teoria da “revolução por etapas” — na África do Sul chamada “revolução nacional democrática” — é mais do que um simples erro estratégico. Ela representa o mecanismo ideológico que serviu ao estalinismo para subordinar os partidos operários, à escala internacional, aos interesses de classe dos movimentos nacionalistas burgueses. A teoria da revolução permanente mantém que as tarefas nacionais e democráticas (que os adeptos da “revolução por etapas” atribuem à classe capitalista) só podem ser cumpridas pela classe operária apoiada no campesinato pobre, dedicando-se a classe operária em seguida às tarefas socialistas, expropriando a classe capitalista. O Partido Comunista Sul-Africano nega esta teoria. Promoveu, pelo contrário, o ANC a vector legítimo da primeira etapa, “democrática”, relegando a etapa socialista para um futuro indefinido.

O SACP seguiu esta via apresentando o ANC como partido revolucionário e chegando a redigir-lhe o programa — a Carta da Liberdade de 1955 —, documento reformista que, em nome do multiculturalismo, defendia as relações de propriedade burguesas e as instituições fundamentais do Estado capitalista.

Já não estamos em 1955. Apesar disso, este programa continua a ser a base de tudo o que o SACP fez desde então, incluindo a sua colaboração com o Estado neoliberal desde 1994. O quadro da NDR não era uma pressão externa que se exercesse sobre o SACP. Era o quadro teórico próprio do partido — sua razão de ser — engendrado no período que se seguiu ao regime de apartheid, exactamente como os militantes trotskistas tinham previsto: libertação política formal da maioria negra conjugada com a manuten-

## ● CORRESPONDÊNCIAS

&gt;&gt;&gt;



ção das relações de propriedade capitalistas, gerida por uma elite política negra que se foi integrando nas estruturas da acumulação de capital.

A teoria da revolução permanente de Trotsky prediz com notável precisão o que se produziria na Azânia/África do Sul depois de 1994. Sustenta que, nos países de desenvolvimento desigual e combinado, em que capitalismo avançado e relações sociais pré-capitalistas coabitam e em que libertação nacional e emancipação de classe estão inextricavelmente ligadas, a burguesia é incapaz de levar a cabo a sua própria revolução democrática. Só a classe operária, à cabeça das massas rurais e urbanas pobres, pode realizar, em simultâneo, as tarefas democráticas e socialistas. Tentar levar a bom porto, primeiro, as tarefas democráticas em aliança com a burguesia nacional acaba na subordinação e na traição à classe operária.

Para a “esquerda”, a viragem consistiu no conluio dos dirigentes do ANC e do SACP com o capital, aceitando um quadro neoliberal para a transição de 1990-1994. Em vez de mobilizarem as *townships* (bairros operários negros) e o apoio internacional para um programa de redistribuição coerente, os dirigentes preferiram desmobilizar. Confirma-se, assim, a previsão fundamental da teoria da revolução

permanente: a burguesia nacional negra e o partido estalinista que a servia preferiram integrar-se no capitalismo mundial a fazer a transformação socialista exigida pela classe operária.

A obstinação do SACP em influenciar o ANC prejudicou a construção duma base de apoio popular oposta ao neoliberalismo. O corolário desta perspectiva foi a acomodação ao neoliberalismo, revelando muitas contradições espinhosas para o SACP. Para os militantes trotskistas, não são contradições, mas resultado lógico da política de “revolução por etapas” aplicada ao contexto azaniano. Um partido que manda os trabalhadores subordinarem os seus interesses de classe a um projecto nacionalista e confiam no Estado burguês para responder às suas necessidades acaba exactamente como o SACP: como cobertura ideológica de uma classe capitalista negra que gere as mesmas estruturas de exploração que o apartheid criou. Durante o século XX, a subordinação da classe operária à pretensa burguesia progressista ao abrigo da bandeira da “revolução por etapas” e do bloco das quatro classes (política defendida pela direcção do PC chinês em 1949 — NdR) saldou-se inevitavelmente por derrotas desastrosas. China, 1927, Indonésia, 1965, Chile, 1973: o esquema repetiu-se. A Azânia/África do Sul em 1994 representa um novo capítu-

lo da mesma história, escrito numa clave diferente, por a derrota ter sido gerida não pela via do massacre, mas democraticamente — derrota, porém.

### A crise do SACP não significa ruptura com o estalinismo

O SACP pretende hoje romper com esta história. O “governo de unidade nacional” (constituído em 2022 pela aliança do ANC com o partido da minoria branca, mantendo-se o PC no governo — NdR) impôs uma ruptura formal do PC com o ANC. O PC passa a apresentar-se às eleições de maneira independente (antes ia nas listas do ANC — NdR). Propõe uma Conferência da Esquerda. Sinais de uma verdadeira transformação política?

Uma análise trotskista tem de responder pela negativa. Ainda não, e talvez nunca, pois o SACP não deu nenhum sinal de ruptura teórica com a sua natureza estalinista, que é a fonte da sua cumplicidade. A ruptura é eleitoral e organizativa. Não foi acompanhada por um questionamento teórico da “revolução por etapas”, da NDR nem do papel do partido como instrumento de desmobilização da classe operária durante três décadas.

Para dar um exemplo: mesmo as críticas a seu tempo articuladas pelo SACP contra o GEAR (o programa do governo do ANC que visava integrar os sindicatos na sua política anti-operária — NdR) e o neoliberalismo não assentavam num programa socialista sólido. Por isso, a seguir ao congresso do ANC de Polokwane, em 2007 (em que Jacob Zuma tomou o controlo do partido ao presidente cessante, Thabo Mbeki — NdR), o SACP foi facilmente co-optado pelo círculo restrito e conservador de Zuma. Este esquema — oposição retórica ao neoliberalismo seguida de adaptação concreta — não é fortuito. Deriva antes directamente duma política alheia a qualquer programa de independência de classe. Um partido cuja razão de ser é gerir as relações entre a classe operária e um movimento nacionalista burguês não pode transformar-se facilmente num partido independente

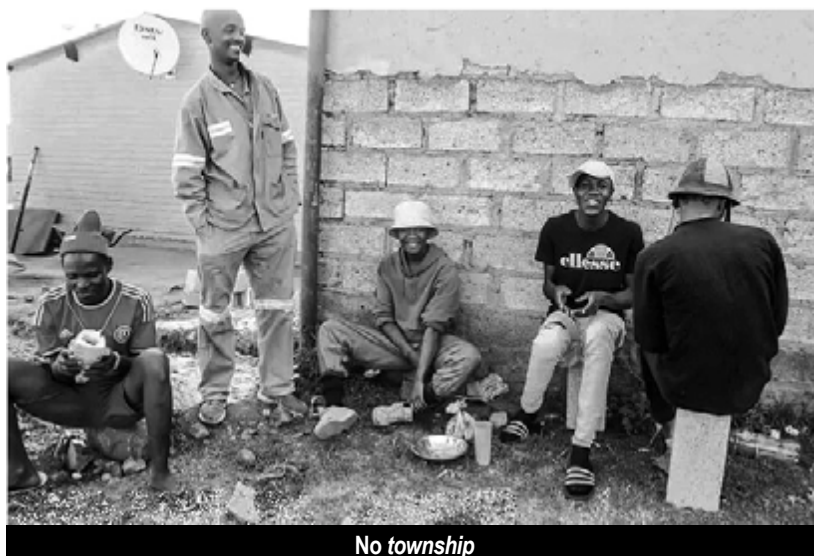
da classe operária, porquanto essa independência é exactamente o que aquela função histórica visava impedir.

A Conferência da Esquerda, na sua actual configuração, padece do mesmo problema estrutural. É organizada pelo SACP, que continua formalmente comprometido na aliança de governo, apesar de agora se apresentar às eleições separadamente do ANC. Num ponto de vista trotskista, esse é exactamente o perigo: unidade sem programa não é “unidade” da esquerda. É dissolução da clareza política a bem duma simples manobra organizativa.

### A tática da frente única

Este é o ponto em que a análise trotskista tem de resistir à dupla tentação do abstencionismo sectário e da unidade cega. Trotsky desenvolveu a tática da frente única exactamente para situações como esta: quando a classe operária está dividida entre organizações revolucionárias e reformistas — ou então, como no caso vertente, entre organizações trotskistas e estalinistas — e as condições objectivas exigem uma acção coordenada.

Trotsky disse explicitamente: *“Marchar separadamente, atacar juntos! Concordar unicamente na maneira de golpear e quando! Neste ponto, é possível concordar com o diabo a quatro — desde que não se fique de mãos atadas.”* A frente única não é um apoio político à direcção reformista. É uma forma de acção tática comum, com objectivos precisos, limitados e concretos, que se combina com a independência política total da organização revolucionária, capaz de denunciar constantemente os limites da direcção reformista. A tática da frente única implica sempre e inevitavelmente uma luta política para obrigar os reformistas e os centristas a romperem certos laços que mantêm com o *establishment* capitalista e a enveredar pela luta, ao lado dos revolucionários, pelos objectivos que eles próprios afirmam apoiar. O objectivo é mobilizar os trabalhadores e as organizações operárias que participam



No township

dos mesmos objectivos imediatos da luta, sem necessariamente, por enquanto, apoiarem a política revolucionária no seu todo.

Trotsky identificou duas formas desviantes da tática da frente única, que era absolutamente necessário evitar. A burocracia estalinista enveredou, em nome da política de frente única, por uma corrida desenfreada às alianças (com fracções da burguesia — NDR) a que sacrificou a independência do partido. O perigo: por um lado, entrar na Conferência da Esquerda como participante subordinado, deixar o SACP, com o peso organizativo que é o seu e a energia populista dos EFF, a ditar as regras políticas, ficando-se, assim, a dar cobertura a um projecto, apontado às eleições, que se limitará a repor o quadro da NDR em moldes diferentes.

Inversamente, a recusa esquerdista de lutar por uma frente única a pretexto de o SACP ser uma organização estalinista e, logo, traidora, não é menos errada. Os trotskistas não se recusam a fazer bloco com as organizações reformistas a pretexto de que as direcções destas não são dignas de confiança. O problema é que os militantes fiéis a essas organizações só podem tomar consciência do carácter da sua direcção pela experiência de luta comum, mas não se as organizações revolucionárias se isolarem.

### A política da revolução permanente aplicada à conferência

O que nos ensina a teoria da revolução permanente quanto às exigências que um trotskista deva fazer na Conferência da Esquerda?

Para começar, as tarefas democráticas e socialistas são indissociáveis. Contestem-se programas mínimos que saiam da conferência a condicionar a reforma agrária, a propriedade pública das empresas e a anulação da dívida ao quadro da “revolução democrática” — como a política da NDR sugere. Tais reivindicações devem ser formuladas logo à partida, como reivindicações transitórias no sentido trotskista da palavra: medidas insusceptíveis de execução plena no âmbito do capitalismo, arrastando, por conseguinte, à necessidade do poder da classe operária, logo irrealizáveis num quadro reformista.

A Carta da Liberdade de 1955 era um programa de democracia burguesa camuflado por um palavreado socialista. A Conferência da Esquerda não deve produzir uma versão 2026 da Carta da Liberdade.

Em segundo lugar, a independência da classe operária como força organizativa e política é inegociável. Num ponto de vista trotskista, a Conferência da Esquerda só terá valor se reforçar

## ● CORRESPONDÊNCIAS

realmente a capacidade política independente da classe operária: a Abahlali baseMjondolo (nome zulu do movimento dos habitantes de bairros de lata – ndlr), os sindicatos independentes que se tenham emancipado do burocratismo da COSATU, as organizações de bairro surgidas da ruína dos serviços públicos, os movimentos feministas que lutam contra as violências contra as mulheres e contra a privação económica. Se vier a ser um simples instrumento de coordenação das estratégias eleitorais dos partidos (instrumentalizando o SACP e os EFF o evento para consolidar os respectivos eleitorados de 2026), a conferência não servirá nenhum objectivo progressista, devendo uma organização trotskista denunciá-lo internamente bem alto.

Por fim, em terceiro lugar: não se pode autorizar o SACP a convocar a Conferência da Esquerda sem ele prestar contas do papel que desempenhou na construção do Estado neoliberal que hoje diz que condena. A tática da frente única põe aos dirigentes reformistas um dilema de ou recusar o convite e serem vistos pelos seus partidários como obstáculo à unidade, ou aceitá-lo, ficando obrigados a intervir no terreno da luta de classes, em que a superioridade das ideias e métodos dos revolucionários dá cartas. Aqui aplica-se o contrário. A organização trotskista tem que interpelar o SACP para que ele preste contas da sua história! — ou então fazemo-lo nós no vosso lugar, à frente dos trabalhadores e dos movimentos sociais cuja confiança vocês agora procuram.

### **A advertência de Trotsky para a África do Sul**

Convém recordar que o próprio Trotsky escreveu sobre a Azânia/África do Sul, tendo as suas advertências revelado extraordinária clarividência. As massas laboriosas dos povos oprimidos, que têm de travar luta pelos direitos nacionais e fundamentais e pela dignidade humana, são exactamente as que maior risco correm de sofrerem as conse-

quências da política de confusão da burocracia estalinista acerca da “revolução democrática”. Esta falsa bandeira pode fazer com que a impostura abjecta e o esmagamento impune das massas laboriosas pela sua própria burguesia nacional ainda venham a prejudicar gravemente a causa da libertação dos trabalhadores.

A Internacional Comunista estalinizada ordenou ao Partido Comunista Chinês que se submetesse ao partido burguês Kuomintang até 1927, data em que Chiang Kai-chek virou as armas contra os comunistas de Xangai, massacrando-os. A comparação com a trajectória da África do Sul depois de 1994 pode ser perturbadora, mas é pertinente. O Partido Comunista Sul-Africano (SACP) submeteu-se ao Congresso Nacional Africano (ANC). O ANC pôs em marcha o programa GEAR, privatizou os bens públicos, desmobilizou o movimento de massas e presidiu a três décadas de desigualdades crescentes. Não tinha havido massacres até ao de Marikana, em 2012, quando as violências estatais perpetradas pelo ANC contra os mineiros de platina, em parte organizadas com a participação dos dirigentes do SACP, demonstraram que o “Estado democrático nacional” estava disposto a recorrer à força contra a classe operária quando o capital assim o exigisse.

Marikana foi o evento que todo o trotskista honesto terá de pôr no centro da história política do SACP. É o momento em que a lógica da colaboração de classes estalinista na Azânia/África do Sul apareceu à luz do dia: um partido “comunista” cujo secretário-geral tinha assento num governo que mandava disparar com fogo real contra operários em greve. No passado, a burocracia estalinista agarrava-se à ideia de que podia exigir a obediência cega do proletariado simplesmente apresentando um passaporte carimbado pelo Comintern. Em 2012, o SACP agarrava-se à ideia de que podia exigir a lealdade da classe operária reivindicando o seu passado na luta de libertação, enquanto os seus quadros

administravam um Estado que assassinava os operários.

### **Uma resposta concreta: ir à luta com princípios trotskistas**

Deve então um trotskista apoiar a Conferência da Esquerda proposta pelo SACP?

Apoiar, no sentido de aprovar a direcção política do processo pelo SACP: de modo nenhum. O partido não merece essa aprovação, não rompeu, na teoria, com a sua natureza estalinista, que deu origem a três décadas de cumplicidade, e não se pode confiar nele como organizador de uma verdadeira conferência operária, de que ele quer, na realidade, fazer uma coordenação eleitoral disfarçada com um discurso de esquerda.

Boicotar a conferência, portanto abster-se por princípio de nela participar por o SACP ser uma organização pérfida: também não. Seria o erro esquerdista que Trotsky combateu anos a fio: a recusa em dialogar com os operários ainda influenciados por direcções reformistas ou estalinistas a pretexto que as respectivas direcções faliram politicamente. A consciência revolucionária não se forja por declarações. Forja-se na experiência da luta, nomeadamente a ver os dirigentes reformistas a praticarem as suas traições.

A posição trotskista é a seguinte: participar na conferência com os nossos princípios de militantes trotskistas. Levando lá, aos debates, uma política de revolução permanente. Exigindo clareza programática que ultrapasse as limitações do quadro da NDR. Expondo a história do SACP, não como manobra política, mas como necessidade de os trabalhadores compreenderem como a sua exploração foi orquestrada pelo mesmo partido que hoje pretende libertá-los. Lutando pela centralidade dos movimentos de massas e contra a subordinação do congresso às estratégias eleitorais do PC. Construindo organizações independentes que emergem do processo, sem ilusões na capacidade ou vontade da direcção do SACP de as levar a bom porto para um

verdadeiro programa socialista.

E mantendo, a cada etapa, total independência política: sem plataforma comum, sem publicações comuns que mascarem as divergências políticas, sem fusão organizativa que sirva de travão

aos militantes trotskistas. Marchar separadamente, golpear juntos, com uma condição: não ficar de mãos atadas.

A classe operária da Azânia já pagou um preço exorbitante à política estalinista. Não se pode

permitir que o volte a pagar. A Conferência da Esquerda é um terreno em que os trotskistas devem bater-se não para apoiar o SACP, mas para defender o programa que o SACP quis, em toda a sua existência, impedir. ●

## Portugal

# Trabalhadores e juventude na rua em massa por um novo Abril!

Adriano Zilhão

**N**O DIA 25 DE ABRIL DE 2026, por ocasião do 52º aniversário da revolução proletária em Portugal, manifestações juntaram centenas de milhares de trabalhadores e jovens nas cidades do país.

Pela terceira vez em outros tantos anos, uma multidão imensa encheu o centro da capital. A primeira vez foi o 25 de Abril de 2024, o cinquentenário do início da revolução proletária em Portugal. Nessa ocasião, cerca de meio milhão de jovens e trabalhadores saíram à rua só na cidade de Lisboa.

Ora, 51º e 52º aniversário já não são propriamente efemérides “redondas”. E no entanto... que se passa realmente?

No dia 25 de Abril de 1974, na sequência de um golpe de Estado que um grupo de oficiais do exército colonial português lançou com o objectivo de substituir as cúpulas de um regime totalitário que estava nas últimas, milhões de trabalhadores e jovens saíram para as ruas das cidades portuguesas, dando o pontapé de saída duma revolução proletária cujos efeitos ainda hoje estão bem presentes, apesar do longo ciclo contra-revolucionário iniciado em 1976.

As comemorações do 25 de Abril passaram a ser a festa anual da revolução de 1974-75. Até 2024, reuniam dezenas de milhares de participantes, predominando as gerações mais velhas. No país como no estrangeiro, a história oficial esforçava-se por reduzir e banalizar a revolução proletária portuguesa a uma folclórica “revolução dos cravos”.

Ora, as marés humanas dos últimos três anos parecem-se mais com aquele dia inicial de há cinquenta anos. O ambiente, ainda que de festa, é de luta: contra o pacote laboral do governo minoritário de direita que é a contra-reforma do Código do Trabalho, contra a guerra imperi-

alista, contra o genocídio sionista na Palestina.

Olhando para o contexto como um todo, parece estar-se perante um sério paradoxo.

### Recuo eleitoral da esquerda e das conquistas operárias

Recordemos os seus elementos essenciais: assiste-se, há alguns anos, a uma brutal queda eleitoral dos partidos que constituem a representação política da classe trabalhadora e da juventude em Portugal (PS, PCP, Bloco de Esquerda). Paralelamente, a votação na direita aumentou significativamente — sobretudo a votação na extrema-direita neofascista.



Manifestação em Lisboa no dia 25 de Abril de 2026



## ● CORRESPONDÊNCIAS

&gt;&gt;&gt;



Lisboa, 25 de Abril de 2026

Durante dez anos, desde 2015, governos “de esquerda” que dispunham de larga maioria, dirigidos pelo PS com o apoio directo ou indirecto do PCP e do Bloco, seguiram escrupulosamente as instruções de Bruxelas em matéria de redução do défice orçamental e da dívida pública — à custa dos trabalhadores. Acrescente-se que a taxa de sindicalização tem baixado nas últimas décadas, principalmente no sector privado. As acções sindicais, em todo o caso as acções unilaterais de cada uma das centrais sindicais, a CGTP, largamente controlada pelo Partido Comunista, e a UGT, cuja direcção é maioritariamente próxima do PS, tiveram resultados limitados na luta contra a ofensiva sobre as conquistas e direitos dos trabalhadores. Enquanto a direcção da UGT se compromete em concertações e negociações sem fim com o patronato e o governo para evitar a todo o custo ter de lutar, a da CGTP organiza manifestações fortemente enquadradas e ritualizadas em jornadas de luta sem amanhã, que dividem mais do que unem.

Resultado: em 2024, mas principalmente em 2025, os partidos burgueses de direita e extrema-direita conseguiram vitórias amplas nas eleições legislativas. Praticamente pela primeira vez desde a revolução, a direita tem uma maioria eleitoral e parlamentar incontestável: mais de dois terços dos assentos parlamentares. Teoricamente, pode rever a Constituição a fundo, desmantelando de uma vez por todas o que resta das conquistas dos trabalhadores originadas pela revolução.

Com um senão: quem lucrou

com praticamente todo o crescimento da direita foram os populistas neofascistas do Chega e um pequeno grupo “anarco-liberal” (IL), mal tendo os partidos burgueses tradicionais progredido. O novo governo de “centro-direita” de Montenegro (PSD/CDS) é minoritário na Assembleia. Para conseguir a aprovação do orçamento e de projectos de lei, vai patinando entre alianças retalhistas com o PS e com a extrema-direita.

### A contra-reforma das leis laborais

O pacote laboral é a sua primeira prova de fogo. As medidas que compreende comprometem os contratos colectivos, restringem seriamente as possibilidades de acção sindical nas empresas, bem como o exercício do direito à greve. Aumentam horários sem aumento de salário e agravam a precarização geral do emprego.

Nenhum sindicato pode ratificá-las sem pôr em perigo a sua própria existência.

Apesar disso, o governo recorreu à “concertação social” para tentar chegar a um “consenso”. Sendo o patronato co-autor do projecto, não precisava de persuasão. O caso era convencer a UGT (a CGTP foi excluída) de o avalizar. Em nada mais, nada menos do que dez meses, sucederam-se as reuniões entre patrões, governo e UGT.

A última rejeição definitiva da concertação por parte da UGT selou a crise, talvez final, do governo Montenegro.

Com efeito, não tendo a direita e o patronato a certeza de, da próxima vez, conseguirem repetir o resultado eleitoral, a “janela de oportunidade” da esmagadora maioria burguesa arrisca-se a fechar-se sem grandes resultados. O antigo primeiro ministro (do PSD, como Montenegro) do tempo da troika de Bruxelas, Passos Coelho, odiado pelos trabalhadores e reformados, fez a sua ressurreição, declarando que, se o governo não conseguisse fazer passar o pacote laboral, estava ele pronto para formar um governo de coligação com a extrema-direita para resolver o

problema. O chefe dos neofascistas disse logo que alinhava. O garrote aperta-se à volta de Montenegro.

Sem outra saída, o governo apresentará o projecto de lei ao Parlamento. Contudo, só o conseguirá fazer passar com os votos e nas condições postas pela extrema-direita — com quem se tinha comprometido a não pactuar (“Não é não!”).

### A greve geral de 11 de Dezembro e o 25 de Abril de 2026

Outro facto há, porém, que ilumina o contexto: a greve geral de 11 de Dezembro de 2025, convocada pelas duas centrais sindicais, foi muito poderosa; a manifestação de Lisboa nesse mesmo dia foi muito combativa e muito mais participada do que as manifestações habituais da CGTP.

A direcção da central realizou, aliás, o comício final à pressa, quando 80% dos manifestantes ainda nem tinham chegado à praça do Parlamento — e a seguir abandonou o local em grande velocidade. Em contrapartida, grande parte dos manifestantes aguentou e permaneceu horas a pé firme frente à Assembleia da República — sem direcção — a entoar palavras de ordem contra o pacote laboral.

E o 25 de Abril de 2026 voltou a ser de massas.

### Como reconciliar este paradoxo aparente?

É incontestável que as direcções políticas e sindicais da “esquerda” tradicional perderam grande parte da confiança que os trabalhadores e a juventude nelas depositavam. Os resultados eleitorais reflectem-no.

Porém, a greve geral de Dezembro de 2025 e os últimos “25 de Abril” contradizem as teorias da crise geral da esquerda e do movimento operário e sindical avançadas por numerosos “observadores”, também “de esquerda”.

Tarda, em contrapartida, a emergir uma direcção alternativa centrada na mobilização e na luta anti-capitalista.



Manifestação em Lisboa no dia 8 de Novembro de 2026

Mas a prova está dada: quando, como foi o caso na greve geral e nas manifestações de Abril, não há obstáculos aparentes à unidade, e as direcções não praticam o sectarismo e a divisão, as massas laboriosas dizem presente.

É esse o sinal que o 25 de Abril volta a dar em 2026: há uma via, e essa via é a da unidade na acção. Divergências de opinião e propostas são normais, o debate e a discussão política no movimento operário são indispensáveis. No entanto, quando toca a enfrentar a ofensiva do inimigo, a via por que as massas trabalhadoras e a juventude querem enveredar é a da frente de resistência unida: trabalhadores e jovens contra patrões e governo.

Tanto mais preocupantes são os sinais de regresso à divisão que as direcções das centrais sindicais parecem dar. Se bem que ambas exijam a retirada do projecto do governo, nem por isso a UGT deixa de participar em negociações e concertações intermináveis com o patronato e o governo, cujo objecto não é, porém, nem negociável nem

“concertável”, como toda a gente, incluindo a direcção da UGT, está farta de saber.

Por seu lado, a CGTP referiu a uma delegação que recebeu (que incluía militantes trotskistas) que a “convergência” havida em Dezembro com a UGT não é provavelmente “susceptível de repetição”. A delegação da “plataforma unitária de sindicatos”, que agrupa uma dezena de sindicatos independentes e uma associação de estafetas de plataforma digital (no essencial, trabalhadores imigrantes), vinha-lhe propor que apelasse à greve geral unida.

### Greve geral unida!

No entanto, a pressão da base é massiva. A direcção da CGTP já anunciou uma nova jornada de greve geral para 3 de Junho, mas sem a propor antes à UGT. A UGT, por seu lado, “*não exclui nenhuma forma de luta, incluindo a greve geral*”, mas considera aquela data “*extemporânea*”.

O 25 de Abril de 2024, reiterado em 2025 e renovado em 2026, mostra a quem queira ver e ouvir que os trabalhadores e a

juventude não estão nem vencidos nem desmoralizados, pesem embora os muitos recuos e verdadeiras derrotas sofridos.

O que lhes falta é uma nova direcção política, enquanto as antigas se afundam.

É, de resto, nesse espírito que uma delegação de jovens militantes vindos de Portugal comparecerá ao campo de Verão de jovens revolucionários que se desenrolará em França no final de Agosto por iniciativa da FJR-IVª Internacional.

Sem subestimar as dificuldades que a classe operária e a juventude enfrentam em Portugal, na Europa e em todo o mundo, o certo é que, apesar de todos os reveses sofridos, elas estão prontas a lutar.

Aos dirigentes políticos e sindicais que reclamam representar os trabalhadores há que exigir uma palavra de ordem simples e clara: greve geral unida pela retirada do pacote de medidas de contra-reforma das leis laborais, greve até ele ser retirado! ●

## ● CORRESPONDÊNCIAS

## República Democrática do Congo

## Pilhagem das riquezas minerais e acordos imperialistas de desmembramento

**A** República Democrática do Congo (RDC) abunda em todo o género de riquezas minerais, designadamente minérios hoje estratégicos, procurados para uso na indústria *high tech*, no sector electrónico e espacial, nas baterias eléctricas para veículos automóveis, na indústria aeroespacial e na indústria do armamento. Foi isso que valeu ao país o apelido conferido pelos especialistas de “escândalo geológico”. O essencial das riquezas concentra-se na região oriental da RDC, que vive uma guerra que dura há mais de trinta anos. Segundo o *US Geological Survey*, a RDC produziu cerca de 40% do coltano mundial em 2023, provindo mais de 15% do abastecimento mundial em tanto das minas de Rubaya, no Kivu Norte. Noutras partes do país, há grupos armados activos à volta dos minérios e ao serviço das multinacionais: assim nas regiões do Catanga, no Sudoeste — o grupo Movimento Catanga De Pé pela Libertação do Congo (MDKC) — e, na província de Ituri, no Nordeste, a Cooperativa para o Desenvolvimento do Congo (CODECO) e a Convenção pela Revolução Popular (CRP).

Na região oriental da RDC, contam-se hoje mais de 250 grupos armados, muitos dos quais federados nos *Wazalendo* (patriotas), aliados ao exército do Estado, as Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC). Acontece que o mais importante deles é a Aliança do Rio Congo/Movimento 23 de Março, AFC/M23, apoiado pelo regime ruandês — embora este sempre o tenha negado. (...)

Batido, em 2013, pelas tropas da ONU (MONUSCO) e por uma aliança internacional que apoia as forças armadas da RDC,



Refugiados na região do Kivu Sul (República Democrática do Congo)

o M23 teve de se retirar, parte para o Uganda, parte para o Ruanda, regressando em força à RDC oriental no final do ano de 2021. Aí controla, à data de hoje, segmentos inteiros das províncias do Kivu Norte e do Kivu Sul, nomeadamente as capitais, Goma e Bukavu.

O pano de fundo das actuais ocorrências no Leste da RDC e em todo o país é dado pelo Acordo de Washington entre o Ruanda e a RDC, ratificado pelos presidentes ruandês e congolês, Paul Kagame e Félix Tshisekedi, em 4 de Dezembro de 2025, sob a batuta de Trump. O acordo visava “restabelecer um clima de confiança entre a RDC e o Ruanda mediante a neutralização das FDLR [forças residuais das forças que cometeram o genocídio anti-tutsi no Ruanda, em 1994 — NdR] pela RDC e a desafeecção de forças/levantamento de medidas defensivas da parte do Ruanda”. O prazo para o efeito era de “três meses, nos termos do plano harmonizado (...) adoptado pelos peritos militares e dos serviços de informação militares,

em Rubavu, no dia 30 de Agosto de 2024”. O acordo, que serve para garantir a segurança dos locais de exploração de recursos naturais, tem em mira, na realidade, “estabelecer um laço de parceria entre ambos os países e, sendo o caso, com o governo americano e os investidores americanos” através do Acordo de Parceria Estratégica entre os Estados Unidos, por um lado, e a RDC e o Ruanda, por outro. Acompanham este acordo de base “negociações” entre o governo de Kinshasa e o AFC/M23, inicialmente em Luanda, em Angola, depois transferidas para Doha, no Qatar, pelo imperialismo americano, quando este resolveu encarregar-se directamente do assunto. Celebraram-se mais de uma dezena de acordos de cessar-fogo e de tréguas entre o governo e o AFC/M23 sob os auspícios dos Estados Unidos através de Luanda (União Africana, Conferência Internacional sobre a região dos Grandes Lagos...) e, por fim, Doha. Não obstante, os confrontos têm-se intensificado constantemente nos últimos cinco

## CORRESPONDÊNCIAS ●

anos ou mais, particularmente a seguir a cada acordo, com reforços de tropas em homens, equipamento e tecnologia, fosse do lado do AFC/M23, fosse do das FARDC, que beneficiam, designadamente e oficialmente, do apoio das tropas burundis e da presença de efectivos significativos mercenários. Os múltiplos acordos de Doha de 2025 e 2026, que compreendem “acordos de princípio” e “mecanismos de verificação” são sobretudo pontapé de saída de novos massacres das populações civis, que, no mais, são alvo de exacções várias e da destruição da infraestrutura, nomeadamente estradas, pontes, reservas de água potável, obras de irrigação, serviços de telecomunicações e energia, escolas, estabelecimentos de cuidados de saúde...

Ilustrativo é o recente acordo de Montreux, Suíça, para onde se transferiram as “conversações” dada a insegurança em Doha, na sequência da agressão imperialista israelo-americana ao Irão. O comunicado conjunto de 19 de Abril de 2026 assinado pelos representantes da RDC e do AFC/M23 na presença dos do Qatar, Estados Unidos, Suíça, Comissão da União Africana (UA) e do Togo, este na qualidade de mediador da UA, reata com os termos dos anteriores acordos, produzindo idênticos efeitos! Assim, o documento reza que “o governo da RD Congo e o AFC/M23 acordaram na importância crucial de assegurar ajuda humanitária vital à população do Leste da RD Congo”. As partes “convieram em respeitar todas as obrigações que lhes incumbem em virtude do direito internacional humanitário, do direito internacional dos direitos humanos e do direito internacional dos refugiados” e “convieram igualmente em, no prazo de dez dias, proceder à libertação dos prisioneiros”, de molde a “continuar a reforçar a confiança”.

Segundo a TV5 Monde, foi, ainda, assinado, na mesma ocasião, um protocolo de acordo que dá execução a mecanismos de verificação do cessar-fogo. Ao escrever estas linhas, nenhum prisioneiro foi libertado uma vez

expirado o prazo de dez dias(!), prosseguem os combates entre o exército congolês (FARDC) e seus aliados, de um lado, e o AFC/M23, a par da intensificação do recurso a tecnologias bélicas, nomeadamente nos altos planaltos de Minembwe, no território de Fizi, e no território de Kalehe, no Kivu Sul, importando em novos deslocamentos de populações e numa crise alimentar.

No Kivu Norte, combate-se duramente no território de Masisi e noutras localidades, com uso de armas pesadas e drones de combate, designadamente KT-6 e TB2 de fabrico turco.

A situação da população civil pendente para catastrófica. Segundo os dados disponíveis, os combates no Kivu Sul fizeram mais de uma dezena de milhar de mortos, violações e pilhagens, originando uma vaga de mais de cem mil refugiados congolenses, mais de 80 mil dos quais estacionados em Busuma, no Nordeste do Burundi, em condições mais do que deploráveis, sem assistência mínima em matéria de abrigo, víveres, medicamentos, água potável... e com falecimentos diários, nomeadamente, de crianças pequenas e idosos. No fim do mês de Abril de 2026, 1.470 pessoas decidiram voltar para a RDC, preferindo, como disseram refugiados “*ir morrer para casa em vez de morrer de doença, fome e frio no campo*”.

No início do mês de Abril de 2026, contava-se um total de 1,27 milhões de deslocados no Kivu Norte e 1,56 milhões no Kivu Sul. No mais, indica a ONU que receia que o número de deslocados supere 9 milhões na RDC até ao final do ano de 2026.

É claro que o imperialismo está a desmembrar a RDC pela guerra, a fim de pilhar as riquezas do país. O que, antes de mais nada, conta é o acordo de parceria estratégico assinado em Washington em 4 de Dezembro de 2025 para controlar as riquezas minerais da RDC, onde as multinacionais dos Estados Unidos estão a regressar em força para sacarem a parte de leão, acotovelando as multina-

cionais europeias e derrubando o domínio dos grupos chineses no sector mineiro. Assim, a multinacional Kobold Metals dos bilionários Jeff Bezos e Bill Gates entrou no sector dos minérios estratégicos; o governo congolês, através da empresa estatal GÉ-CAMINES, comprometeu-se a exportar cem mil toneladas de cobre produzido pela Tenke Fugurume Mining (TFM) — um complexo que os chineses dominavam a 80% — exclusivamente para o mercado dos Estados Unidos durante o exercício de 2026. De notar que a TFM é quinta maior mina de cobre e a segunda maior mina de cobalto do mundo!

Nesta luta renhida pelos pedaços da RDC deixados pela pilhagem, em particular, das riquezas mineiras críticas, é igualmente propósito do imperialismo norte-americano expulsar da RDC a China e os grupos chineses envolvidos neste enfrentamento, determinados a defender o seu lugar no mercado mundial. Deste modo, há grupos chineses que, no intuito de reforçar a sua presença e reduzir os custos logísticos dos fluxos de minério e de outros produtos e mercadorias, participam do projecto de modernização do caminho de ferro de Tazara, que liga as minas de cobre da Zâmbia e as da Sul da República Democrática do Congo ao porto tanzaniano de Dar es Salam no Oceano Índico, em que se inclui a aquisição de locomotivas e material circulante.

No mais, segundo um acordo de “cooperação” mineira de Dezembro de 2025 com Kinshasa e, nos próximos cinco anos, 50% do cobre, 30% do cobalto e 90% do zinco originários da RDC transitarão pelo eixo congolês do corredor de Lobito, porto angolano no Oceano Atlântico. Por seu lado, o imperialismo americano empreende trabalhos de reabilitação do corredor ferroviário do Lobito, que liga as minas da Zâmbia e as zonas mineiras do Sudoeste do Congo à costa atlântica através da rede ferroviária angolana.

Assinale-se, por fim, que o governo Tshisekedi acaba de dar

## ● CORRESPONDÊNCIAS

>>> voz, à atenção do imperialismo, ao projecto de criação de uma força paramilitar de vinte mil homens, encarregada da segurança das explorações mineiras, projecto avaliado em cem milhões de dólares, financiado pelos Estados Unidos e pelos Emirados Árabes Unidos. Sinal, sem dúvida, de uma nova etapa da guerra e da pilhagem das riquezas da RDC.

É neste contexto que os partidários da IVª Internacional procuram construir a representação política independente dos

trabalhadores. No nº 5 da sua carta de ligação, de Março de 2026, escrevem que “como Comité pelo PDITP, estamos convencidos de que não haverá paz na RDC e na região dos Grandes Lagos enquanto aqui se mantiverem as multinacionais e os diferentes grupos mafiosos a pilhar as gigantescas riquezas do povo congolês, cujo destino se entrelaça com o dos povos da região e não só. É mais do que tempo de os trabalhadores, camponeses e jovens, que aspiram acima de tudo à paz, face a uma

pobreza extrema, tomem o seu destino nas mãos e expulsem do país as multinacionais, as tropas e milícias estrangeiras, bem como os mercenários de todo o jaez que alimentam a guerra na RDC. Os trabalhadores, camponeses e jovens têm como se mobilizar, realizar a sua unidade pela aspiração comum à paz e à satisfação das suas necessidades e reivindicações pela soberania do Congo.” ●

**Correspondência da RDC,  
2 de Maio de 2026**

## Turquia

# As mobilizações operárias e a luta pela democracia política

Mehmet Sadi Ozansü, 5 de Maio de 2026

**A** mais embrionária acção do movimento operário organizado faz tremer o regime bonapartista de Recep Tayyip Erdogan.

No mês passado, foi importante, durante a marcha de 110 mineiros de Eskisehir a Ankara, o papel desempenhado por um pequeno sindicato independente fundado pela associação Umut-Sen. Embora sem reconhecimento oficial para participar em negociações colectivas, conseguiu assento à mesa de negociação com representantes do governo de Ankara e obteve concessões.

A situação explica-se também pelo medo do governo de uma possível extensão do movimento operário. Assim, depois de percorrerem 180 Km a pé, os mineiros iniciaram uma greve da fome na praça central de Ankara, recebendo apoio de organizações de juventude e alguns sindicatos.

O governo proibiu as manifestações do 1º de Maio na praça Taksim, em Istambul, mas



Mineiros de Eskisehir marcham para Ankara, 20 de Abril

entrou em pânico ante a ameaça dos mineiros de convocarem um comício de massas para Ankara. Três dias antes do 1º de Maio, acabou por aceitar todas as reivindicações dos mineiros, pondo termo à acção.

Em 2013, quando houve os acontecimentos do parque Gezi, em Istambul, entre 8 e 10 milhões de pessoas participaram num levantamento à escala nacional. No entanto, sem a intervenção de um movimento operário organizado, o levantamen-

to não passou de um movimento popular sem direcção, acabando vencido.

Que hoje a acção de apenas uma centena de mineiros tenha começado a atrair jovens e outras organizações operárias suscitou notável preocupação nas forças de segurança, do que é testemunho esta declaração, de que a imprensa se fez eco: *“Cuidado! Isto não é como Gezi há treze anos, é uma acção operária, pode ser mais perigoso.”*

Até uma acção operária organizada numa escala pequena mostra, assim, ter capacidade para atrair outros sectores sociais, confirmando uma vez mais que a classe operária é a única força capaz de pôr a sociedade em movimento.

### As estruturas políticas da esquerda na Turquia

As principais forças “oficiais” do movimento socialista na Turquia são as seguintes: o Partido Operário da Turquia (TIP, com cerca de 35 mil militantes), o Partido do Trabalho (EMEP, cerca de 4.800 militantes), o Partido Comunista da Turquia (TKP, cerca de 5 mil militantes), o Partido Socialista dos Trabalhadores (algumas dezenas de militantes) e o Partido Operário Revolucionário (também algumas dezenas de militantes).

Convém, contudo, notar que os números mais elevados podem ser exagerados pelas organizações, que concorrem entre si, enquanto os mais fracos podem ser voluntariamente subestimados por razões ligadas à legalidade. Os dados oficiais publicados pelas autoridades judiciais turcas indicam, por exemplo, que o TKP ultrapassa os 40 mil militantes, enquanto outros partidos como o TKP, o Sol Parti ou o EMEP contam alguns milhares de aderentes cada um.

Esclareça-se que esta lista não inclui o Partido DEM (Partido da Igualdade e da Democracia dos Povos, que se reclama dos interesses da população curda — NdR), que obteve mais de 10% dos votos e dispõe de mais de 60 deputados.

Não se esqueça, tão-pouco,

que os quatro deputados do TIP (um preso) e os dois deputados do EMEP não foram eleitos unicamente graças aos seus próprios votos, mas, principalmente, nas listas do partido DEM, com o determinante apoio do eleitorado curdo.

### As avaliações políticas do Partido da Fraternidade Operária (IKP) sobre o próximo período e as suas propostas aos trabalhadores de vanguarda

A Turquia está-se a dirigir rapidamente para uma situação de polarização e intensificação da luta de classes. A luta de classes no país não pode ser considerada independentemente das lutas de classes no mundo e no Médio Oriente. A guerra imperialista continua a exercer toda a sua pressão sobre a Turquia.

*“Cercada pelo capitalismo decadente e enalhada nas contradições imperialistas, a independência dum Estado atrasado será inevitavelmente meio fictícia, e o seu regime político, sob a influência das contradições de classe internacionais e da pressão externa, recairá obrigatoriamente numa ditadura contra o povo — assim é o regime do Partido do Povo na Turquia (...)”* (Manifesto da IVª Internacional sobre a guerra imperialista e a revolução proletária mundial, 23 de Maio de 1940, Leon Trotsky).

Se hoje se comparar o regime bonapartista de Erdogan com as condições da época, vê-se que ele reveste um carácter bem pior do que o do regime de partido único dos anos trinta e quarenta. Por exemplo, as penas de reclusão perpétua agravada hoje pronunciadas pelo sistema judicial são, na realidade, as penas mais elevadas, ou seja, penas de morte. O número de pessoas mortas no Curdistão nos últimos quarenta anos talvez não seja muito menor do que as pessoas mortas nas revoltas curdas dos anos trinta.

No próximo período, é quase impossível que a Turquia fique de fora da guerra, com as políticas actuais. Pode-se, mesmo, dizer que, pela sua situação geopolítica, ela tenderá a figurar nas

primeiras linhas da guerra. Seja como for, dada a sua filiação na NATO e dependência do imperialismo americano, ela mantém relações militares e económicas muito estreitas com Israel, apesar do discurso hostil. Não é, nesse aspecto, muito diferente do Egito de Sissi, apesar de o ter combatido no passado. É inimiga resolvida da classe operária turca, da juventude e do povo curdos. Hoje, a proposta de “fortificar a frente interna” tem que ver com uma proposta pura de união nacional, constituindo a eventual participação nesta operação do CHP (o principal partido burguês nacionalista, que se reclama de Mustafa Kemal, principal partido de oposição a Erdogan — NdR), assim como dos vários grupos socialistas representaria uma verdadeira manifestação de social-chauvinismo. A vanguarda da classe operária tem de se manter muito vigilante neste ponto e pôr em prática as tácticas mais apropriadas para impedir as largas massas operárias de enveredarem por esse caminho.

A Turquia é hoje um dos principais produtores mundiais de drones e drones armados, que vende tanto à Ucrânia como à Rússia. Em si, prova evidente de que actual regime bonapartista está já numa lógica de incitação à guerra. A política de armamento seguida pelo governo ultrapassa mesmo, de longe, o que a oligarquia americana exige aos Estados europeus. Mais de 5% do PIB são absorvidos pela militarização. A quantidade e qualidade das munições militares produzidas pela Turquia aumentam diariamente.

Onde há armas, há guerra. Onde há guerra, há exploração. Por isso, a luta pela democracia política e pelos direitos democráticos, que é absolutamente indispensável, tem de estar ligada com a luta pelos direitos sociais.

No terreno da luta prática, as políticas a recomendar à vanguarda da classe operária e às largas massas não podem ser as mesmas, ainda que não se excluam mutuamente. Há aqui uma questão de pedagogia. Em geral,

## ● CORRESPONDÊNCIAS

»»» as massas laboriosas ainda não estão prontas para o seu próprio poder. Mas estão furiosas com o governo bonapartista e são susceptíveis de mobilização para a sua queda.

Para isso, podem ser mobilizadas pelo objectivo da eleição para uma Assembleia Constituinte soberana que se oponha ao regime actual. A mobilização não pode limitar-se, como a da oposição dirigida hoje pelo CHP, a esperar pelas eleições previstas para 2028.

É indispensável apresentar um programa de derrube do actual sistema presidencial. Sabe-se que o governo bonapartista não vai organizar eleições democráticas. É mesmo duvidoso que organize uma eleição que saiba que vai perder. Por conseguinte, os operários de vanguarda não podem fechar a oposição social numa simples espera eleitoral. Esperar por eleições na data e nas condições que Erdogan consinta poderá ter consequências catastróficas. Que os operários de vanguarda ponham as massas em

guarda neste aspecto.

O que é necessário fazer é tentar convencer as massas oprimidas a orientarem-se para eleições para uma Assembleia Constituinte soberana, o mais democrática possível, que rejeite o sistema presidencial. A oposição social não deve eleger um Parlamento-fantoches e um presidente em quem todos os poderes se concentram, mas sim uma Assembleia que tome o seu próprio destino em mãos. As eleições parlamentares não devem ser de cinco em cinco anos, como é o caso no sistema actual, mas de dois em dois; deve haver representação proporcional; cada partido político deve dispor de acesso igual à propaganda nos canais do Estado; é necessário que os eleitores possam revogar os eleitos; e quem mude de partido depois de eleito deve devolver o mandato.

Essa mobilização de massas não se deve, além disso, verter simplesmente em eleições. As organizações operárias devem construir as suas próprias frentes

de classe na assembleia: uma coligação de partidos operários, independente de todos os partidos burgueses existentes, que reforce a mobilização de massas com formas de poder mais avançadas. Todos os canais que permitam ao povo curdo oprimido decidir livremente o seu destino devem ser abertos sem restrições. Todos os dirigentes, deputados e presidentes de Câmara curdos devem ser libertados imediatamente e poder participar nessa mobilização eleitoral. O mesmo se diga do principal partido de oposição, o CHP: todos os seus dirigentes, presidentes de Câmara e funcionários devem ser libertados de imediato.

O objectivo não é conquistar a liberdade por eleições, mas caminhar para eleições democráticas logo que se conquiste a liberdade.

A única solução está em manter em permanência a mobilização de massas, sob a direcção das lutas da classe operária, na aparência ainda fracas. ●

## Irão

# Os trabalhadores face à guerra imperialista

Kaveh Nematipur

O fosso entre os mulás que governam o Irão e a população nunca foi tal, e não é difícil compreender porquê. Um governo teocrático xiita, animado por uma visão apocalíptica da história e corrompida até à medula, oprime os iranianos há décadas. Hoje, a miséria do povo iraniano é agravada por uma guerra travada pelo maior governo capitalista do mundo e por outro Estado de apartheid etno-religioso, que pratica um genocídio. As perspectivas afiguram-se sombrias para todos os iranianos, principalmente para a classe operária, que arca com a maior

parte do fardo e foi a mais duramente atingida no ano que passou.

Os números são alarmantes. A inflação anual homóloga atinge cerca de 60%, e o custo de vida sobe explosivamente. Os preços da alimentação aumentaram mais de 100% no ano transacto, prosseguindo a moeda iraniana a sua queda livre. Perdeu cerca de 70% do valor nos últimos doze meses. O salário mínimo caiu para cerca de 100 dólares por mês em 2026. Segundo um estudo importante realizado por um grupo de militantes independentes, houve pelo menos 708

manifestações operárias entre o 1º de Maio de 2025 e o 1º de Maio de 2026. Contudo, como justamente o relatório salienta, este número foi apurado num contexto de repressão em massa e de corte da internet, o que quer dizer que o número real pode ser bem maior. Enquanto isso, as consequências da guerra, a destruição da infra-estrutura e a ruína das indústrias de base já provocaram uma importante onda de desemprego. Benyamin Netanyahu gabou-se de ter destruído mais de 70% da produção siderúrgica iraniana. Esta indústria, que antes dispunha de um excedente desti-

## CORRESPONDÊNCIAS ●

nado à exportação, deixou de ser capaz de cobrir a procura interna, nomeadamente nos sectores críticos da construção e do automóvel. Acrescem os consideráveis estragos sofridos por algumas instalações petroquímicas, bem como pela infra-estrutura da produção de petróleo e gás, todas elas controladas em exclusivo pelo governo, o que reduziu a sua capacidade para empregar e remunerar os trabalhadores desses sectores.

O futuro próximo não parece promissor para a classe operária iraniana. Num país em que o clero proíbe há muito o direito à sindicalização e onde a organização sindical está proscribida, três das quatro grandes vagas de protesto popular que percorreram o país começaram pelo impulso da classe operária, que reclamava melhores condições de vida. Em consequência, a maioria das execuções têm sido também de trabalhadores. Condições dramáticas estas que a guerra agrava, tendo, segundo os próprios responsáveis iranianos, perdido o emprego entre um e dois milhões de pessoas, muitas só voltando a obter emprego daqui a anos.

As mulheres trabalhadoras, que já só representavam 20% da população activa antes da actual catástrofe, são agora as primeiras a serem despedidas ou postas em folga técnica. Com o corte da internet à escala nacional, todos os que viviam da venda em linha de produtos artesanais feitos em casa (principalmente, mulheres) perderam a sua única fonte de rendimento. No actual contexto, marcado por um cessar-fogo frágil e que se pode desfazer a qualquer momento e pela incerteza geral que pesa sobre o país, as pequenas e médias empresas ou estão paradas ou encerraram completamente.

A última onda de protestos populares, que começou em Janeiro deste ano em reacção a uma nova queda brutal da moeda nacional, levou a dois dias de massacres em que milícias com filiação ao regime mataram milhares de manifestantes com fogo real. Durante as manifestações, o

presidente americano prometeu que “*chegaria ajuda*”. A “*ajuda*” materializou-se dois meses mais tarde, na forma de uma campanha de bombardeamentos que causa a morte de milhares de civis e a destruição dos aeroportos, hospitais, estradas, fábricas, pontes, escolas (uma, com 167 crianças, logo na primeira vaga de ataques) e outras infra-estruturas civis. Trump impõe agora um bloqueio às importações petrolíferas iranianas e faz pressão por uma solução negociada, sem formular a mínima exigência quanto ao destino dos iranianos a quem prometeu “*ajuda*”. O regime continua, pelo seu lado, a executar quotidianamente dissidentes, a maior parte dos quais das classes populares e famílias de baixos rendimentos.

Neste ponto, é muito difícil prever o que o futuro nos reserva, mas é evidente que a pressão económica afecta já profundamente a vida dos iranianos, particularmente a dos trabalhadores, muitos dos quais têm, entretanto, dificuldade em se abrigar e alimentar. O corte da internet dificulta muito a mobilização dos trabalhadores e militantes, ao passo que as medidas de excepção tomadas em nome da guerra servem de pretexto para reduzir violentamente ao silêncio toda e qualquer forma de dissidência. Ora, a ruína económica iminente e o aumento constante do desemprego determinarão decerto novo confronto entre a população iraniana e o regime. Antecipando-se a tal eventualidade, o regime, ou o que resta da sua direcção, mobiliza quase todas as noites os seus apoiantes, que saem à rua munidos de armas de guerra. A mensagem é simples: “Talvez não possamos combater os israelitas e os americanos, mas de certeza que conseguimos massacrar os nossos próprios cidadãos desarmados.”

Como se isso não bastasse, a fracção iraniana de extrema-direita dirigida por Reza Pahlavi, o herdeiro do último xá do Irão, apoiou resolutamente a guerra. O seus partidários na diáspora têm organizado concentração atrás de concentração, na Europa

e na América do Norte, festejando e dançando nas ruas enquanto agitam bandeiras de Israel. O caudilho enviou uma longa mensagem de condolências às famílias de seis soldados americanos mortos nos primeiros dias da guerra (aparentemente por “fogo amigo”), mas livrou-se bem, até agora, de dizer uma palavra a respeito das 167 crianças mortas por bombas americanas numa escola primária do seu próprio país. Enquanto independentes e moderados provenientes de várias correntes políticas procuram formar uma frente única, os monárquicos iranianos de extrema-direita vão beneficiando da considerável vantagem comunicacional decorrente de financiamentos maciços do seus aliados americanos e israelitas.

Frente aos nacionalistas populistas de extrema-direita formase uma aliança de liberais de centro-direita, grupos étnicos como os curdos, turcos e baloches, bem como partidos de esquerda tradicionais. Esta aliança tenta travar a luta contra a brutalidade do regime sem deixar de condenar a intervenção militar estrangeira, que custou já muito caro aos iranianos, especialmente à classe operária e às famílias modestas. Compõe esta aliança, principalmente, uma rede descentralizada de militantes provenientes de sensibilidades políticas várias. Ela está ainda longe de representar uma frente perfeitamente unida, mas a sua construção progride constantemente, tendo-se ela desenvolvido consideravelmente nos últimos meses. É uma obra em estaleiro, mas também um lampejo de esperança para quem não apoia nem as execuções nem a guerra.

Hoje, o Irão e a sua classe operária vêem-se entalados entre uma repressão violenta e uma guerra imperialista; em pano de fundo, a economia em ruínas — mas não deixam de lutar. Nos últimos doze meses, não se materializaram, nem à primeira nem à segunda ocasião, as inocentes hipóteses de que a guerra provocaria um levantamento popular favorável às forças inva-

## ● CORRESPONDÊNCIAS

>>> soras. Nas ruas, a voz da classe operária iraniana continua a soar mais alto, se bem que o mesmo se não possa dizer das redes sociais e agências de imprensa. Seja como for, o desfecho desta batalha será decidido nas ruas. É esse o verdadeiro campo de batalha, não publicações nas redes sociais. ●

### *A Internacional*

Revista do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional)

#### **Assina!**

**Assino A Internacional - 6 números: 24 euros**

Apelido, nome: .....

Endereço: .....

Endereço electrónico: .....

Cheques à ordem de 'Réveil ouvrier' - 67, avenue Faidherbe, 93100 Montreuil, França

## *A Internacional*

publica-se em versão alemã, árabe, espanhola, francesa, húngara, inglesa, italiana, portuguesa, russa e turca.



